

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 29 de Fevereiro de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Sem-terra fazem 10 invasões em menos de 24 horas em SP – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 05/02/2008	6
Movimentos de sem-terra invadem 14 fazendas em menos de 48 horas - Tatiana Farah – O Globo – O País – 05/02/2008	6
Instituto afirma que invasões não pressionam – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008	7
SP usa menos da metade de verba para reforma agrária – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008	8
Movimento faz lotes em fazenda sem autorização – Cristiano Machado - Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008	10
Itesp culpa acordos com fazendeiros – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008.....	11
Sem-terras desconfiam dos planos de desapropriação de terras do governo – Sítio Eletrônico da CPT – 07/02/2008	11
Operação Rastro Verde investiga atuação de grileiros – Sítio Eletrônico da CPT – 08/02/2008	12
MST ligado a Rainha faz 11ª invasão no Pontal em 5 dias – Folha de São Paulo – Brasil – 08/02/2008	12
Ariovaldo critica manutenção dos índices de produtividade – Sítio eletrônico do MST – 08/02/2008	13
Campo minado: sem-terra invadem fazenda no pontal – Folha de São Paulo – Brasil – 10/02/2008	13
Preços da terra quebram recorde no país – Gitanio Fortes – Folha de São Paulo- Dinheiro – 10/02/2008.....	13
Nem dificuldades tiram fôlego do mercado, dizem consultores – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2008	15
Agências de Turismo aliciam trabalhadores rurais – Sítio Eletrônico da CPT – 11/02/2008.....	16
Canaviais empregam mais índios - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 11/02/2008	17
Sem-terra invadem 17.ª fazenda no Pontal – Estado de São Paulo – Nacional – 11/02/2008.....	18
Em uma semana, Pontal tem 14 áreas invadidas – Folha de São Paulo – Brasil – 11/02/2008	19
Sem-terra invadem 18ª fazenda no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/02/2008	19
Grupo de sem-terra invade mais uma fazenda no Pontal – Folha de São Paulo – Brasil – 12/02/2008	20
Grupo de sem-terra invade mais uma fazenda no Pontal – Folha de São Paulo – Brasil – 12/02/2008	20
Agronegócio é responsável por encarecimento da terra – Sítio Eletrônico do MST – 12/02/2008	21
Invasões afetaram investimentos, revela estudo da USP – Sítio Eletrônico da CNA – 13/02/2008.....	21

'Único jeito de chamar atenção é invadir', diz bispo - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/02/2008	22
Sem-terra desocupam fazenda - José Maria Tomazela e Sandro Villar – Estado de São Paulo – Nacional – 13/02/2008	23
Essa não é posição da Igreja, reage CNBB - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/02/2008	24
"Único jeito de chamar a atenção é ocupar" – Sítio Eletrônico do MST – 13/02/2008	25
Com aval do bispo, MST faz nova invasão em SP - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/02/2008	25
Projeto acaba com problema histórico na região, diz Itesp – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/02/2008.....	26
Pontal do Paranapanema prioriza desenvolvimento – Sítio Eletrônico do MDA - 15/02/2008.....	27
Agronegócio às custas do trabalho escravo e do desmatamento – Vinicius Mansur – Sítio Eletrônico do MST – 15/02/2008	28
MST foi responsável por 77% das ocupações em 2007 – Sítio Eletrônico do MST – 15/02/2008.....	28

Segunda Quinzena

Sem-terra ocupam reitoria de universidade – Estado de São Paulo – Nacional – 16/02/2008.....	29
Fazenda Coqueiros é invadida novamente – Estado de São Paulo – Nacional – 16/02/2008.....	29
TERRAS – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 16/02/2008.....	30
DESMATAMENTO – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 16/02/2008.....	30
NÃO SÓ PRODUTIVIDADE – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 16/02/2008	30
Sem-terra é baleado na perna no Pontal – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008	30
Bispo que incentiva invasões no Pontal expõe divisão na Igreja - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008.....	30
Declarações também irritaram governo estadual – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008.....	33
Nascimento do MST teve influência religiosa – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008.....	33
Invasão em SP termina com um ferido a bala – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2008.....	35
Campo vermelho - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/02/2008.....	35
Campo vermelho – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 18/02/2008	37
Como será o cadastramento de imóveis rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 18/02/2008.....	38
Os rumos da Reforma Agrária no MS – Sítio Eletrônico do MST – 18/02/2008	39

MST coloca Justiça de joelhos, diz fazendeiro - José Maria Tomazela, Evandro Fadel e Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 19/02/2008.....	40
O renascimento da agenda agrária – José Graziano da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 20/02/2008.....	42
Incra reconhece equívoco em dados repassados à reportagem da Folha – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 20/02/2008.....	43
A mania das commodities – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/02/2008.....	44
Justiça bloqueia bens e quebra sigilo de funcionários do Incra no Pará – Ronaldo Nrasiliense - O Globo – O País – 20/02/2008.....	45
Engenho em Pernambuco é interdito - Letícia Lins – O Globo – O País – 20/02/2008.....	46
Área irregular pode ir para reforma agrária - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 20/02/2008.....	47
Debate discute a reforma agrária na Assembléia – Sítio Eletrônico da CPT – 21/02/2008.....	48
Fiscalização no Pará acha homem marcado a ferro - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – 21/02/2008.....	49
Stédile dá entrevista ao vivo hoje na TV Estadão – Estado de São Paulo – Nacional – 21/02/2008.....	49
Sem-terra não têm data para deixar Incra – Estado de São Paulo – Nacional – 22/02/2008.....	50
A nova (velha) questão agrária - José Juliano de Carvalho Filho – Valor Econômico – Opinião - 22/02/2008.....	50
Aliados nos EUA atacam 'criminalização' do MST - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 23/02/2008.....	52
Stédile vê 'contra-reforma agrária' no País - Roldão Arruda e Fausto Macedo – Estado de São Paulo – Nacional – 24/02/2008.....	53
'O Bolsa-Família gerou apatia', reclama líder – Estado de São Paulo – Nacional – 24/02/2008.....	55
Assentamentos são responsáveis por derrubada de 500 mil hectares no PA – O Globo – O País – 24/02/2008.....	56
Criação de lotes teria ingerência de madeireiros – O Globo – O País – 24/02/2008.....	57
Assentados exploram madeira ilegal em MT – Evandro Éboli – O Globo – O País – 26/02/2008.....	57
"Territórios" não substitui reforma agrária – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008.....	58
Área de 1.329 hectares no Pontal é pública, diz STJ - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 27/02/2008.....	59
Tentativa de invasão termina com 8 feridos a bala em Alagoas - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 28/02/2008.....	60
Política para Pontal é dúbia, acusa UDR - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/02/2008.....	61
Só 4% do território da Amazônia Legal é regularizado, revela estudo - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008.....	62
Manoel possui 50 hectares e nenhum documento - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008.....	64

Força-tarefa liberta 61 trabalhadores em condição degradante – Thiago Reies e Silvia Freire – Folha de SãoPaulo – Brasil – 28/02/2008.....	64
Nove sem-terra são baleados em Alagoas – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008..	65
Operação busca no Pará mil toras de madeira estocadas ilegalmente – Ronaldo Brasiliense e Evandro Éboli – O Globo – O País – 28/02/2008.....	66
Juiz manda desarmar sem-terra e fazendeiros em Alagoas - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 29/02/2008.....	67
Procuradores querem interditar duas usinas – Estado de São Paulo – Nacional – 29/02/2008.....	68
Posseiros ocupam 7,6% da Amazônia Legal - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008.....	68
Blitz em Alagoas liberta mais 550 trabalhadores de usinas – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008	69
Após conflito, MST bloqueia estradas em AL – Sílvia Freire e José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008	70
Conflito Agrário: dos nove feridos, só um sem-terra está internado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008	71

Sem-terra fazem 10 invasões em menos de 24 horas em SP – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 05/02/2008

Sem-terra acampam na fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes, no Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo); batizada de operação 'Carnaval Vermelho', a onda de invasões é um protesto contra o governo de José Serra

Num intervalo de menos de 24 horas, dez fazendas foram invadidas no Pontal do Paranapanema (oeste de SP) por sem-terra em protesto contra o governo do Estado. Nove ações foram feitas por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) subordinado a José Rainha. Mesmo proibido de atuar pela direção da sigla, ele domina a maior parte dos acampados da região. A outra invasão foi do MST "oficial".

Batizada de operação "Carnaval 2" ou "Carnaval Vermelho", a terceira onda de invasões liderada por Rainha durante o governo de José Serra (PSDB) teve início no final da manhã de domingo, quando foram invadidas as fazendas Guarani, em Presidente Bernardes (589 km de SP); Iara, em Euclides da Cunha Paulista (717 km de SP); Boa Esperança, em Martinópolis (553 km de SP) e Santa Lourdes, em Flora Rica (643 km de SP).

Ontem as invasões foram nas fazendas Cobra, em Dracena (647 km de SP); Estrela do Laranja Doce, em Martinópolis; Beira-Rio, em Teodoro Sampaio (672 km de SP); Santa Terezinha e Coqueiros, em Presidente Venceslau (620 km de SP), e São Luiz, em Presidente Bernardes (esta pelo MST "oficial").

Os coordenadores das invasões articuladas por Rainha, que não participou das ações, anunciaram a invasão de outras quatro fazendas, mas não divulgaram nomes. A PM não confirma registro das ocorrências. Os sem-terra cobram assentamento de famílias acampadas e a retirada do projeto de lei que regulariza propriedades acima de 500 ha julgadas devolutas (públicas, suspeitas de serem griladas).

Movimentos de sem-terra invadem 14 fazendas em menos de 48 horas - Tatiana Farah – O Globo – O País – 05/02/2008

Em mais uma onda de ocupações, MST protesta contra projeto do governo de SP

SÃO PAULO. Em menos de dois dias, sem-terra invadiram 14 fazendas da região do Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo. A operação, que começou no sábado, foi liderada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e reuniu os movimentos sociais da região, como Uniterra, Terra Brasil, Mast (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) e entidades ligadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores). A maior fazenda invadida foi a Estrela do Laranja Doce, de 4 mil hectares (4 milhões de metros quadrados), em Martinópolis.

Só ontem foram dez invasões.

— As ocupações ocorreram de forma pacífica, tanto de um lado como de outro. Das 14 fazendas, 12 são terras devolutas e duas são do Incra (Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária). Nós, sem-terra, e os fazendeiros sabemos que este problema é responsabilidade do governo. Ele é que tem de resolver — afirmou o coordenador do MST Sérgio Pantaleão.

Segundo a polícia de Martinópolis, as duas invasões que ocorreram na cidade foram pacíficas.

A outra propriedade, Fazenda Boa Esperança, foi uma das primeiras a ser invadidas.

Os boletins de ocorrência foram encaminhados à delegacia Seccional de Presidente Prudente, que centralizou as 14 ocorrências.

O GLOBO tentou localizar o presidente da UDR (União Democrática Ruralista), entidade centralizada no Pontal, Luiz Antonio Nabhan Garcia, mas a organização estava fechada.

Chamada de “Carnaval 2”, a operação comandada pelo MST é um protesto contra o projeto de lei encaminhado pelo governador José Serra (PSDB) à Assembleia Legislativa no ano passado. O projeto revê o que será feito com as terras devolutas até 500 hectares no Pontal do Paranapanema.

Os sem-terra querem que as terras sejam mantidas para a reforma agrária, mas o projeto as dispõe aos ruralistas.

— Essas terras beneficiariam 15 mil famílias e deveriam ser destinadas a elas. o Pontal é a segunda região mais pobre do estado e é preciso mostrar que ele existe — disse Pantaleão.

Acusado de estar por trás das invasões, o líder do MST José Rainha Junior negou participação na operação Carnaval 2.

— Desta vez, não estou na liderança das ocupações, mas elas são uma necessidade. O projeto de lei é uma vergonha — disse Rainha.

O MST avalia que mais famílias chegarão nos próximos dias às fazendas invadidas.

Até as 20h de ontem, não havia contagem do número de participantes da invasão, mas a estimativa é que cheguem a mil famílias. De acordo com os militantes, as propriedades somam cerca de 20 mil hectares.

O GLOBO procurou o Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e a Secretaria de Justiça do Estado, mas ambos estavam em recesso.

Instituto afirma que invasões não pressionam – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008

O diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Gustavo Ungaro, disse ontem que o governo do Estado "não se move pressionado por invasões" de fazendas. Desde domingo, dez propriedades foram invadidas no Pontal do Paranapanema. Responsável pela condução da questão fundiária em São Paulo, Ungaro afirmou que a onda de invasões e as críticas de líderes sem terra ao projeto que regulariza áreas na região do Pontal são "improcedentes".

"Qual é o alvo das críticas? Uma iniciativa democrática e legal para solucionar o problema [do conflito fundiário] no Pontal? Deveria ser motivo de elogio, não de críticas", disse.

A iniciativa do Estado de propor o projeto que regulariza áreas acima de 500 ha supostamente devolutas na região foi uma das razões alegadas por José Rainha Jr. para promover a operação "Carnaval Vermelho". Desde domingo, dez fazendas foram invadidas na região por uma ala do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ligada a Rainha e pelo MST "oficial".

Outras quatro invasões estão previstas para ocorrer até o final de semana. O projeto, que deve começar a ser analisado pela Assembléia Legislativa neste mês, prevê a destinação de áreas para assentamentos em troca da regularização das propriedades. Ungaro disse que não iria comentar críticas de Rainha. Ele evitou ainda responder se as invasões têm caráter político.

"Isso é uma reprise do ano passado. São as mesmas áreas. O mote de 2007 foi um protesto contra o governo federal e, este ano, até onde temos conhecimento, as críticas são dirigidas ao governo do Estado", disse o diretor-executivo.

Ungaro afirmou ainda que está em contato com a Procuradoria Geral do Estado para agilizar audiências para buscar acordos com os fazendeiros para arrecadação de áreas na região.

SP usa menos da metade de verba para reforma agrária – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008

Estado presta contas da utilização de R\$ 26,2 milhões dos R\$ 57,4 mi recebidos da União - Órgão do governo tucano diz ter usado verba maior para comprar fazendas e que prestação de contas ao Incra está desatualizada

O Estado de São Paulo usou, nos últimos cinco anos, menos da metade da verba repassada pelo governo federal para compra de áreas consideradas devolutas (públicas, com suspeita de apropriação ilegal no século passado) no Pontal do Paranapanema (oeste do Estado).

A compra das áreas é uma das principais formas de criar novos assentamentos e reduzir o conflito agrário na região, palco de 223 (48,2%) das 462 invasões de terra ocorridas no Estado de janeiro de 2003 a outubro de 2007, segundo levantamento do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Cruzamento de dados do órgão estadual e do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aponta que, nos quatro anos do segundo mandato de Geraldo Alckmin (2003-2006) e no primeiro ano do também tucano José Serra (2007), o governo paulista prestou contas da utilização de somente R\$ 26,2 milhões dos R\$ 57,4 milhões repassados pela União em duas parcelas (2003 e 2006).

O número corresponde a 45,6% da verba. Isso significa que o Itesp deixou de usar R\$ 31,2 milhões repassados.

Por meio da assessoria de imprensa, o Itesp afirmou ter empenhado na aquisição de fazendas um valor superior: R\$ 34,4 milhões, ou 59,9% do total da verba anunciada pelo Incra.

Segundo o instituto, os R\$ 8,2 milhões que não aparecem na prestação de contas ao Incra foram gastos na compra de duas fazendas, mas, de acordo com a assessoria, essa informação ainda não foi repassada ao órgão do governo federal.

Assentamentos - Os dados declarados mostram que, com a verba, o Estado fechou acordos para compra de nove fazendas no Pontal, um total de 7.966,85 hectares, o suficiente para assentar 479 famílias -hoje há na região 3.774 famílias cadastradas à espera de um lote de terra.

Das nove fazendas adquiridas com dinheiro do convênio, apenas duas se transformaram em assentamento. Outras cinco permaneciam invadidas por movimentos sociais até o início da semana passada.

Em quatro delas, visitadas pela Folha, os sem-terra usavam, sem autorização, a estrutura (pasto, água e luz) e até decidiram lotear um dos imóveis e tombar a terra para plantio de milho, mandioca e feijão.

Planilhas de áreas compradas com dinheiro do convênio obtidas pela reportagem mostram que, nos dois primeiros anos de validade do convênio, o Estado gastou R\$ 16,3 milhões dos R\$ 29,4 milhões do acordo para a compra de cinco áreas. Já em 2005, o Itesp não fez nenhuma aquisição de terras. Com isso, segundo o Incra, "houve redução nos repasses seguintes". Entre 2006 e 2007, com a assinatura do aditivo de R\$ 28 milhões, foram adquiridas quatro áreas. O Itesp prestou contas de só duas delas. O Incra disse que a "intenção era que outros aditivos fossem sendo acordados a cada ano".

Apesar de não ter sido utilizado todo o montante, Incra e Itesp firmaram em dezembro passado novo termo aditivo prevendo R\$ 25 milhões para 2008.

O diretor-executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, afirmou que não vai comentar os números por não ter "os dados em mãos". Mas confirmou que há dificuldades para arrecadação de terras. "O Estado encontra limitações, dificuldades por depender de acordos para pôr fim a disputas judiciais com os fazendeiros", declarou. Para sem-terra e ruralistas, isso é "desculpa". "É a demonstração clara de que o governo tucano em São Paulo tem o compromisso com a oligarquia, o latifúndio, o agronegócio", diz José Rainha Jr., que, mesmo afastado da direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), domina a maior parte dos acampamentos de sem-terra do Pontal.

Já o presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, criticou o argumento do diretor do Itesp. "Vende a terra quem quer. Vivemos numa democracia e ninguém é obrigado a vender a sua propriedade goela abaixo pelo preço que o Incra, o Estado quer."

Movimento faz lotes em fazenda sem autorização – Cristiano Machado - Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008

Acampados em barracos espalhados em uma área de 1.500 hectares, integrantes do Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra) anteciparam-se ao Itesp e, por conta própria, "lotearam" a fazenda Nossa Senhora das Graças, em Caiuá (632 km a oeste de São Paulo).

A propriedade foi invadida logo após o anúncio da compra pelo Estado no final do ano passado. Sem ao menos o título provisório de assentados, o grupo usa tratores e prepara a terra para o plantio de milho, mandioca e feijão. Ao menos 60 cabeças de gado leiteiro são criadas, sem autorização, na área.

Os sem-terra disseram que foram orientados pela direção do Mast. Apontada como coordenadora do acampamento, uma mulher que se identificou como Marieta admitiu a ordem: "Estamos aqui para guardar lugar e mostrar ao Estado que, depois de tanta luta pela área, não somos vagabundos e queremos trabalhar".

Ela, o marido e uma filha vivem na sede principal da fazenda, alvo de 12 invasões contabilizadas pelo Itesp desde 2003. Outros integrantes do grupo usam casas de funcionários ao redor da sede, mas a maioria das 450 famílias, segundo a coordenadora, decidiu ir para o "seu cantinho trabalhar".

Um deles é o cortador de cana Gilvan Moraes, 48, que demarcou uma área de 5.000 metros quadrados e construiu um barraco onde mora com a mulher e dois filhos. "Espero que, desta vez, o sofrimento acabe e consiga o nosso pedacinho de terra para trabalhar", afirmou.

O Itesp solicitou a saída das famílias da Nossa Senhora das Graças e da fazenda São Camilo, em Presidente Venceslau, invadida pelo Mast e por sem-terra ligados a José Rainha Jr.

Palco de 11 invasões desde 2003, a São Camilo, de 686,40 hectares, foi comprada pelo Estado por R\$ 3,1 milhões em 2006. Na última semana, a propriedade foi desocupada. Os invasores permanecem na Nossa Senhora das Graças, em Caiuá.

Na fazenda Santo Expedito, em Teodoro Sampaio (672 km de SP), 69 famílias estão acampadas desde 2004 ao redor da sede. A assessoria de imprensa do Incra disse que o

Estado fechou acordo para compra da área em 2004, por R\$ 3,7 milhões. Desde então, os sem-terra estão no imóvel à espera do assentamento.

Mesmo morando em barracos de lona, utilizam água, luz e toda a estrutura da fazenda, que possui uma sede principal e cinco casas, além de barracões, mangueiras e pastos para os animais. (CM)

Itesp culpa acordos com fazendeiros – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2008

Para o diretor-executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, a demora na conclusão de acordos com fazendeiros para o pagamento das benfeitorias das áreas é o "principal entrave" para a utilização do dinheiro enviado pelo Incra para a compra de terras devolutas no Pontal. "Para que o acordo seja concretizado, o Itesp deve apresentar uma proposta de indenização da área, que deverá ser aceita pelo fazendeiro. Se o fazendeiro não aceitar, evidentemente não há acordo, o que dificulta e atrasa a arrecadação da área. A disputa continua na Justiça."

Sobre a demora na formalização do assentamento em áreas pagas pelo governo e invadidas por sem-terra, Ungaro afirmou que o fato se deve à espera por laudos de licenciamento ambiental. "O Itesp cumpre resoluções do Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente]. Em algumas áreas temos o licenciamento, e em outras, não. Buscamos acelerar o processo."

Sem-terras desconfiam dos planos de desapropriação de terras do governo – Sítio Eletrônico da CPT – 07/02/2008

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, no dia 6 de fevereiro, o governo federal decidiu acelera o ritmo de desapropriação de terras para a reforma agrária em 2008. No entanto, o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, desconfia dos planos do governo. Ele alegou que embora o presidente goste de exibir número de terras improdutivas desapropriadas, a reforma agrária tem sido levada adianta graças à compra de terras. Ele afirmou que o governo gasta mais de um bilhão de reais por ano em compras de terra à vista. "Isso é um prêmio ao latifúndio. Já as desapropriações, que estavam na faixa de um milhão de hectares por ano, caíram para 200 mil. Ridículo". O diretor de política agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Paulo Caralo, acredita que as compras estariam sobrevalorizando as terras em algumas regiões brasileiras. Stedile e Caralo defendem a alteração dos índices de produtividade rural, em vigor desde 1975, o que permitiriam aumentar as desapropriações. Na reportagem publicada pelo Estado de São Paulo, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, informou que só em janeiro e fevereiro o governo irá desapropriar 255 mil hectares. O número é superior ao total de desapropriações do ano passado, de 207 mil hectares. (fonte: MST)

Operação Rastro Verde investiga atuação de grileiros – Sítio Eletrônico da CPT – 08/02/2008

A Polícia Federal e o Ibama encerraram, no dia 4 de fevereiro, a primeira fase da Operação Rastro Verde. O objetivo é apurar indícios de que grileiros estariam derrubando a floresta no Sul do Amazonas nesta época do ano para enganar os órgãos ambientais e enganar o governo federal. “Eles derrubam como se estivessem implantando benfeitoria e depois pedem indenização”, afirmou Sebastião Silva, superintendente interino do Ibama no Acre. Normalmente a derrubada de árvores é iniciada em maio ou junho, quando começa o verão amazônico. O Ministério Público do Trabalho, que participa da operação, constatou que várias pessoas trabalhavam em condições análogas às de escravidão nos acampamentos. Armas de grosso calibre também foram apreendidas no local.

MST ligado a Rainha faz 11ª invasão no Pontal em 5 dias – Folha de São Paulo – Brasil – 08/02/2008

A ala do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ligada a José Rainha Jr. realizou ontem a 11ª invasão de fazendas em cinco dias no Pontal do Paranapanema (oeste de SP). O alvo da ação foi a fazenda Palmares, em Piquerobi (615 km a oeste de SP).

Como parte da chamada operação "Carnaval Vermelho", liderada por Rainha, a invasão tem como objetivo protestar contra o governo do Estado -os sem-terra cobram agilidade na criação de assentamentos e a retirada do projeto enviado pelo governo José Serra (PSDB) à Assembléia Legislativa que regulariza áreas no Pontal com títulos de posse questionadas na Justiça.

De acordo com a Polícia Militar, 80 pessoas participaram da invasão, ocorrida às 9h de ontem. Já a coordenação do MST disse ter colocado na área 150 pessoas. "Continuamos a mobilizar as famílias para cobrar do governo a criação de assentamentos no Pontal. Essa área é improdutiva e devoluta e deveria ser destinada à reforma agrária", disse Wesley Mauch, aliado de Rainha.

O administrador da área, Luiz Carlos Henriques, registrou no início da tarde boletim de ocorrência e afirmou que advogados já começam a reunir documentos para pedir a reintegração de posse da área.

À polícia Henriques afirmou que os sem-terra destruíram uma cerca para entrar no imóvel.***CRISTIANO MACHADO**

Ariovaldo critica manutenção dos índices de produtividade – Sitio eletrônico do MST – 08/02/2008

O professor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, Ariovaldo Umbelino, acredita que o governo Lula utilizou mais do instrumento da compra de terras do que o seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Ariovaldo explica que a desatualização dos índices de produtividade rural, uma reivindicação dos movimentos sociais, gera uma distorção na avaliação de quais propriedades são produtivas ou não. Os dados atualmente em vigor são do censo agropecuário de 1975.

“A produtividade média de soja prevista na legislação atual é de 1,2 toneladas por hectare, enquanto a média brasileira está hoje em três toneladas. Isso já é um exemplo de que houve avanço tecnológico e que os indicadores de produtividade da lei atual [de 1975] estão bastante reduzidos em relação àquilo que é a realidade do país”.

No entanto, Ariovaldo afirma que mesmo a atualização dos índices não ajudará com a reforma agrária, pois se aplicados os novos dados – que ainda estão sendo formulados pelo governo - poucas propriedades seriam desapropriadas. Para o professor, a solução passa por uma questão de vontade política.

A decisão do governo federal de comprar terras para acelerar o ritmo da reforma agrária é motivo de crítica dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST).

Segundo a coordenação do movimento, a compra é responsável pela sobrevalorização do preço da terra em algumas regiões do país e trata-se de uma política de compensação social que não tira os camponeses da pobreza.

Campo minado: sem-terra invadem fazenda no pontal – Folha de São Paulo – Brasil – 10/02/2008

Cerca de cem sem-terra invadiram ontem a fazenda Santo Antônio, em Presidente Epitácio (SP). A invasão, a 12ª ocorrida no Pontal do Paranapanema em menos de uma semana, foi promovida pelo Terra Brasil, dissidência do MST que se uniu a José Rainha Jr. em protesto contra o governo do Estado. O dono da fazenda diz que ela é produtiva.

Preços da terra quebram recorde no país – Gitanio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2008

Cotações em alta no setor de grãos, reação da pecuária e avanço dos biocombustíveis impulsionam valor de áreas agrícolas - Valorização, que tende a prosseguir neste ano, é um dos fatores que influem no desmatamento verificado no limite da fronteira agrícola

Produção em alta e intenção de plantio recorde para a safra 2007/2008 fizeram com que o preço da terra alcançasse valor recorde nominal em termos médios no país. Segundo pesquisa do Instituto FNP, consultoria privada especializada em agronegócio, ao longo de 2007, a valorização chegou a 17,83%, ganho real (acima da inflação) de 9,6% no ano. O preço do hectare passou de R\$ 3.276 para R\$ 3.860. Para 2008, apesar da

turbulência nos mercados internacionais, que poderiam prejudicar investimentos, a perspectiva é de nova alta, com os negócios ainda aquecidos.

Os motivos, segundo especialistas, são: o preço dos grãos tende a se manter firme, a pecuária ensaia recuperação e os biocombustíveis têm espaço garantido pela frota flex, em que pese não haver a euforia de outros tempos na cana-de-açúcar. "Os fundamentos melhoraram", diz Jacqueline Bierhals, responsável pela pesquisa de terras do Instituto FNP. Tomando um período mais amplo para análise, de três anos, o Estado de São Paulo registra as maiores valorizações absolutas no valor do hectare. As regiões de Araraquara, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e Pirassununga tiveram o valor do hectare duplicado em alguns casos em áreas para o cultivo de grãos, cana, café e pastagens.

Esse cenário fez com que fundos de investimento, incluindo estrangeiros, se voltassem para o mercado de terras. As regiões preferidas são as consideradas de fronteira, em Mato Grosso, no oeste baiano e no chamado "Mapito" -Maranhão, Piauí e Tocantins. A preferência se reflete nos números. Um hectare de terra agrícola que valia R\$ 4.482 em Luís Eduardo Magalhães, no cerrado baiano, no começo de 2007, passou a R\$ 7.000 depois de um ano. No cerrado de Balsas (MA), o preço passou da faixa de R\$ 485/R\$ 890 para R\$ 1.300/R\$ 1.430 em igual período. Em Alta Floresta (MT), a terra de soja evoluiu de R\$ 1.360 a R\$ 2.000.

A valorização da terra é um dos fatores que influenciam indiretamente o desmatamento no limite da fronteira agrícola. A formação das lavouras é o terceiro capítulo de uma história que sempre tem o primeiro ato com a exploração das madeiras. A segunda parte vem com a formação de pastos para a pecuária. O terceiro é o cultivo de grãos ou de plantações perenes. "A minha empresa não recomenda comprar terra na Amazônia, onde a lei obriga a preservação de 80% da propriedade", diz Alcides de Moura Torres Junior, diretor da Scot Consultoria. "O ônus jurídico não compensa", afirma. A região de desmatamento não propicia nem um acompanhamento de um mercado formal. "Há muita invasão, "grilagem", não há como medir", diz Jacqueline Bierhals, da FNP. O máximo que existe é a exploração legalizada de seringueiras, para extrair o látex, e de palma, para obter óleo.

Concentração - Segundo Luiz Fernando Pereira Rodrigues, gerente substituto do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mesmo com grandes grupos investindo em terras, ainda é cedo para afirmar que avançou a concentração fundiária no país. "Em algumas regiões, os assentamentos multiplicaram o número de propriedades. Em outras, de produção em grande escala, isso [a concentração] pode estar ocorrendo." O IBGE vai consolidar essas informações na versão final do censo, que tem divulgação prevista para o segundo semestre.

A disputa em torno de pequenas áreas leva à valorização em determinadas regiões. O hectare agrícola de maior valor no país fica na região de Jaraguá do Sul e Rio do Sul, em Santa Catarina. Lá, o valor do hectare chega perto de R\$ 30 mil em várzeas sistematizadas para a produção de arroz. Em São Paulo, a disputa de várias atividades fez com que o Estado registrasse, no ano passado, as maiores variações de preços.

Nem dificuldades tiram fôlego do mercado, dizem consultores – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2008

As perspectivas para o mercado de terras, apesar de favoráveis, também apontam dificuldades. Em certas regiões, a falta de infra-estrutura -como estradas e acesso adequado à distribuição da produção- é motivo de preocupação. Em outras, o clima também impõe obstáculos. A falta de chuva em determinados locais esbarra no alto custo de irrigação. "São dois pontos, no entanto, que se resolvem se houver planejamento de investimentos", afirma Jacqueline Bierhals, analista do Instituto FNP (iFNP).

Como o investimento para a compra de terras não costuma ser de curto prazo, quem adquire áreas em regiões consideradas distantes muitas vezes projeta, para o momento da eventual venda, uma infra-estrutura de que ainda não dispõe, diz Alcides de Moura Torres Junior, diretor da Scot Consultoria.

As perspectivas são positivas quando a referência é o mercado das commodities, afirma João Beltrame, sócio da Céleres Consultoria.

O cenário permanece de alta até 2012 para a produção de grãos e fibras -principalmente algodão. A terra para esses cultivos deve se valorizar.

Beltrame afirma que certas regiões têm potencial de valorização de 25% a 30%. Entre elas, cita o oeste baiano, as áreas agrícolas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da região de Rio Verde, em Goiás.

Para a cana, projeta-se equilíbrio entre oferta e demanda até 2010. O custo da terra deve permanecer estável até lá.

Nessa lavoura também existe o efeito de uma correção da valorização muito grande que houve até há três anos. Segundo Bierhals, do iFNP, o fim da euforia canavieira tem o mérito de "selecionar o setor, pela saída dos aventureiros".

Para a exploração de madeiras, em especial do eucalipto, a cotação das áreas deve variar da estabilidade à ligeira alta, afirma Beltrame, da Céleres.

A alta dos valores da terra em 2007 foi precedida de dois anos de estagnação "tanto nos preços quanto nos negócios", diz Bierhals. Em 2004, a cotação do hectare começou a cair depois da desilusão com o desfecho do boom, hoje considerado uma "bolha", do setor de soja no início desta década.

Diferença - Em relação a 2004, Beltrame aponta uma diferença fundamental. Naquele ano, houve negócios com áreas equivalentes ao tamanho de cidades, na faixa de 200 mil a 300 mil hectares. Agora, as maiores áreas ficam entre 15 mil e 30 mil hectares. Ele afirma que também não há profissionais liberais que compravam de 500 a 1.000 hectares como investimento.

Outra diferença do mercado atual para o do início da década: Bierhals, do iFNP, diz que "o comércio de terra caminha com sustentabilidade". Segundo ela, os negócios se lastreiam por "empresas com bons projetos e fundos de investimento que transferem capitais para ativos mais seguros".

A reação do mercado de terras surgiu a partir de 2006, quando os EUA reduziram em 15% a área da soja em favor do milho para a produção de biocombustível. No Brasil, a febre pelo álcool se intensificou pela alternativa da cana-de-açúcar, conhecida desde a época do Proálcool. A corrida pegou firme as terras de pastagens em São Paulo, no leste de Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro e no sul de Goiás.

Desde 2006, o mercado de grãos não foi o mesmo. Com a demanda dos emergentes asiáticos em ascensão, o mercado de soja voltou a ganhar força, batendo recordes sucessivos nas Bolsas.

Os negócios com milho, direcionado pelos EUA para o álcool combustível, também não pararam de registrar altas.

Agências de Turismo aliciam trabalhadores rurais – Sítio Eletrônico da CPT – 11/02/2008

Agências de turismo têm aliciado trabalhadores rurais e vendido para eles “pacotes turísticos” para levá-los até frentes de trabalho em outros Estados. Muitas vezes, os migrantes se submetem a condições de trabalho degradantes para conseguir pagar a passagem aos aliciadores. O disfarce de turista dificulta o trabalho da fiscalização, já que se o ônibus passar por uma blitz policial, o trabalhador não precisa apresentar documento de registro profissional. O Ministério Público do Trabalho acredita que a participação de empresas de turismo é uma consequência da fiscalização, que reprimiu o aliciamento. Elas se comunicam com os fazendeiros para saber quantas vagas serão necessárias e anunciam as vagas de emprego, principalmente, em cidades do interior do Nordeste. A prática foi flagrada na fazenda do grupo Bom Futuro, em Mato Grosso. A maioria dos 41 trabalhadores libertados saiu de Presidente Dutra (MA) em um ônibus da empresa Brasil Turismo, que atua tanto na cidade maranhense quanto em Sorriso (MT), onde os trabalhadores foram deixados antes de seguir à fazenda.

Canaviais empregam mais índios - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 11/02/2008

Segundo fiscais do trabalho, guaranis são maioria nos casos de superexploração em Mato Grosso do Sul

Todos os dias, no fim da tarde, o movimento na estrada de acesso às Aldeias Jaguapiru e Bororó, na periferia de Dourados, em Mato Grosso do Sul, aumenta. É quando chegam os ônibus de trabalhadores rurais, após mais uma jornada nas usinas de açúcar e álcool da região. Vêm lotados de índios.

Nestes dias eles estão trabalhando no plantio da cana. Mais tarde serão mobilizados para o corte, numa rotina que constitui hoje a principal fonte de renda nas duas aldeias, onde moram 12 mil índios guaranis.

Com a chegada de novas usinas na região, a mão-de-obra guarani tem sido cada vez mais requisitada. De acordo com cálculos do Ministério Público do Trabalho, já chega a 13 mil o número de índios nas usinas.

Esse movimento preocupa autoridades trabalhistas e organizações não-governamentais de apoio aos índios. Na opinião do procurador Cícero Pereira, que até o ano passado chefiava a Procuradoria-Geral do Trabalho no Estado, a busca da mão-de-obra indígena deve-se sobretudo ao desinteresse de outros grupos: “Os não-indígenas não querem saber do trabalho dos canaviais, que é pesado e considerado de segunda categoria.”

A alternativa dos usineiros seria importar mão-de-obra do Nordeste ou de Minas. “Mas eles evitam isso, por causa do custo do transporte e porque os trabalhadores daquelas regiões são mais organizados e se mobilizam em casos de superexploração”, continua o procurador. “Os índios suportam melhor as pesadas jornadas nos canaviais e são tidos como trabalhadores menos exigentes.”

TRABALHO ESCRAVO - Para combater a superexploração foi organizada uma comissão permanente de investigação das condições de trabalho, que reúne 32 instituições, de sindicatos a universidades. No ano passado, essa comissão e os fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 1.568 pessoas que se encontravam em condições análogas à escravidão. A maioria era de índios. Só numa usina foram resgatados 820 guaranis.

As autoridades também procuram os donos de usina para a assinatura dos chamados termos de ajuste de conduta, com o objetivo de respeitar as tradições indígenas no local de trabalho. Um exemplo: anteriormente, os índios ficavam confinados nos canaviais, longe das famílias, por períodos de até 70 dias. Hoje, a cada 45 dias devem ser levados para as aldeias, de onde retornam quatro dias depois. Mesmo assim, os índios preferem trabalhar em usinas próximas de suas casas - o que permite ir e voltar no mesmo dia.

Outra norma da região: como os guaranis não gostam de permanecer longos períodos no mesmo local, podem pedir a rescisão do contrato de trabalho a cada final de temporada no canavial. Nestes casos, são demitidos sem justa causa, com liberação do FGTS e pagamento de uma multa de 40% sobre seu valor total. Além disso, os índios podem requerer, em anos alternados, o seguro-desemprego.

Nas ONGs, a preocupação é outra: com mais empregos, cai o nível de mobilização e de reivindicação dos índios por mais terras. De acordo com o historiador Antonio Brand, coordenador do Programa Guarani-Caiuá da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, a maior parte dos problemas sociais que eles enfrentam em Mato Grosso do Sul está relacionada à falta de terras. “Desde o início do século 20, eles estão sendo confinados à força em pequenas reservas. Isso inviabilizou sua estrutura social, organizada por laços de parentesco, e deu origem aos conflitos internos, alcoolismo, violência, uso de drogas, suicídios”, diz o historiador. “Agora, no momento em que esse grupo se encontra debilitado, lhe oferecem a possibilidade de trabalho nos canaviais, o que pode enfraquecer a luta pela demarcação de novas terras.”

Para os índios, que na maioria dos casos vivem dos programas públicos de distribuição de renda, as usinas são vistas como alternativa para melhorar seu padrão de vida. Muitos trabalham um período no canavial, retornam à aldeia, para tocar lavouras de subsistência, e depois pedem a recontração. Maciel Spindola, guarani-caiuá de 18 anos, conta que foi registrado pela usina. “Com horas extras, ganho entre R\$ 600 e R\$ 700 por mês”, diz o rapaz. Ele sai de casa às 6 horas da manhã e volta no início da noite. “Eles dão café da manhã, almoço e janta”, enfatiza.

Maciel conta que o trabalho é exaustivo e que os mais fracos costumam ser afastados das equipes de trabalho. Essas equipes são formadas e dirigidas por um “cabeçante” - que também é índio e tem salários maiores que os demais.

Juvenal Lederme, guarani-nhandeva de 24 anos, é um desses cabeçantes. Conta que nos períodos de pico do corte da cana, à frente de uma equipe de 11 cortadores, já chegou a ganhar R\$ 2.900 por mês. “A pior parte do trabalho é ficar longe da família. Mas fazer o quê?”, diz o índio, pai de um garoto de 2 anos.

Sem-terra invadem 17.^a fazenda no Pontal – Estado de São Paulo – Nacional – 11/02/2008

Cerca de 70 militantes do movimento Unidos pela Terra e Fome Zero (Uniterra) invadiram ontem a Fazenda Santo Antonio, em Presidente Epitácio (SP). Já são 17 as áreas invadidas desde o dia 3, quando teve início o “carnaval vermelho”. As ações têm apoio da ala do Movimento dos Sem-Terra (MST) ligada a José Rainha. O grupo promete invadir hoje mais uma fazenda no município.

Em uma semana, Pontal tem 14 áreas invadidas – Folha de São Paulo – Brasil – 11/02/2008

Com mais duas ações ontem, chegou a 14 o número de áreas invadidas por sem-terra no Pontal do Paranapanema (oeste de SP), em uma semana, num protesto liderado por José Rainha Jr. contra o governo de José Serra. Os alvos foram as fazendas Santa Maria e Aliança, em Presidente Epitácio. Das 14 fazendas, 11 seguem invadidas. As outras três foram desocupadas após reintegração de posse determinada pela Justiça.

Sem-terra invadem 18ª fazenda no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/02/2008

Cerca de 70 integrantes do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) invadiram ontem de madrugada a Fazenda Nova Lagoinha, em Presidente Epitácio, no Pontal do Paranapanema (SP). Foi a 18ª invasão desde o domingo de carnaval, quando o líder dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior deflagrou o chamado “carnaval vermelho”.

O total ainda é inferior às 22 invasões realizadas por grupos ligados a Rainha no fim de junho. Os movimentos estão se revezando: anteontem, integrantes do Unidos pela Terra e Fome Zero (Uniterra) ocuparam a Fazenda Santo Antônio e sábado outros militantes do Mast invadiram a Fazenda Santa Maria, em Presidente Epitácio.

Segundo a Polícia Militar, os sem-terra saíram do Acampamento Novo Mundo Rural e derrubaram a porteira para entrar na Nova Lagoinha, por volta de 1 hora. A propriedade é dedicada à criação de gado e considerada produtiva. A coordenadora do Mast, Wilma Manete, disse que os animais são criados em área de reserva. O responsável pela propriedade, Álvaro Francisco, não foi localizado.

Wilma contou que as famílias estão sob a lona há mais de três anos. A demora em assentar os sem-terra levou os movimentos a se juntarem a Rainha para ganhar força na cobrança ao governo. “Nosso protesto é contra o imobilismo do Estado.” Para o presidente do Mast, Lino de Macedo, o “carnaval vermelho” não acabou. “Temos áreas para ocupar em Panorama e Dracena.”

Segundo ele, os líderes e Rainha se reúnem hoje para definir novas ações. “Enquanto o governo não falar com a gente e se mexer, vamos continuar a mobilização.” Macedo destacou o apoio de sindicatos rurais. O MST tem ligação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Mast com a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). “Lutamos juntos e um apóia quando o outro precisa.”

Para diretor do Itesp, invasões têm motivação política - O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro, acusou os sem-terra de usar as invasões no Pontal para fazer política. “Invadem aqui para abrir as portas do Planalto”, disse. “A cada ano, eles têm uma justificativa diferente para as invasões.”

Grupo de sem-terra invade mais uma fazenda no Pontal – Folha de São Paulo – Brasil – 12/02/2008

Sem-terra promoveram ontem a 15ª invasão de fazendas no Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo) no chamado "Carnaval Vermelho", onda de invasões articulada por José Rainha Jr., iniciada no dia 3 em protesto contra o governo do Estado.

O alvo foi a fazenda Sul-Mineira, em Presidente Epitácio (655 km a oeste de SP). De acordo com a coordenadora do grupo Uniterra, Valdirene Gomes da Silva, 50 famílias entraram na propriedade por volta das 16h. A PM da cidade não havia tomado conhecimento do fato até o início da noite de ontem.

Liderados por Rainha Jr., MST, Mast, Uniterra e Terra Brasil cobram mais assentamentos e a retirada de projeto que regulariza fazendas em áreas consideradas devolutas na região.

Cerca de 200 sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia bloquearam por 3 horas a BR-101, em Itajuípe (445 km de Salvador). Os manifestantes pediam agilidade ao Incra nos assentamentos feitos no Estado, segundo a Polícia Rodoviária.

Grupo de sem-terra invade mais uma fazenda no Pontal – Folha de São Paulo – Brasil – 12/02/2008

Sem-terra promoveram ontem a 15ª invasão de fazendas no Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo) no chamado "Carnaval Vermelho", onda de invasões articulada por José Rainha Jr., iniciada no dia 3 em protesto contra o governo do Estado.

O alvo foi a fazenda Sul-Mineira, em Presidente Epitácio (655 km a oeste de SP). De acordo com a coordenadora do grupo Uniterra, Valdirene Gomes da Silva, 50 famílias entraram na propriedade por volta das 16h. A PM da cidade não havia tomado conhecimento do fato até o início da noite de ontem.

Liderados por Rainha Jr., MST, Mast, Uniterra e Terra Brasil cobram mais assentamentos e a retirada de projeto que regulariza fazendas em áreas consideradas devolutas na região.

Cerca de 200 sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia bloquearam por 3 horas a BR-101, em Itajuípe (445 km de Salvador). Os manifestantes pediam agilidade ao Incra nos assentamentos feitos no Estado, segundo a Polícia Rodoviária.

Agronegócio é responsável por encarecimento da terra – Sítio Eletrônico do MST – 12/02/2008

No último domingo (10/2), uma matéria do jornal Folha de S. Paulo observou que o preço da terra alcançou neste começo de ano um aumento de preço recorde. Segundo o jornal, durante o ano de 2007, o encarecimento da terra chegou a 17,83% acima da inflação de 9,6% no ano. Assim, o preço do hectare passou de R\$ 3.276 para R\$ 3.860. Para 2008, a perspectiva de alta é ainda maior.

Dentre os motivos para esse aumento está a produção dos agrocombustíveis e o estado que registra as maiores altas nos preços é São Paulo. As regiões de Araraquara, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e Pirassununga tiveram o valor do hectare duplicado em alguns casos em áreas para o cultivo de grãos, cana, café e pastagens.

Com isso, fundos de investimento, principalmente estrangeiros, voltam-se agora para o mercado de terra. As regiões preferidas estão em Mato Grosso, no oeste baiano e no chamado "Mapito" - Maranhão, Piauí e Tocantins.

O cenário casa com o aumento da concentração da propriedade e da produção, já que quanto mais caras as terras, mais restrito o acesso a ela e, assim, maior a vantagem dos grandes proprietários e maior o número de pobres no campo.

Enquanto isso, na região norte...

Dados de 2007 do governo Lula revelam que 60% das famílias que teriam sido assentadas fizeram parte de projetos de colonização de terras públicas na Amazônia Legal. A maioria deles é apenas regularização de posse, sendo que muitos nem sequer vão morar no assentamento, servindo apenas de laranjas para regularizar a retirada de madeira pelos madeireiros, como denunciou o Ministério Público Federal de Santarém.

Outros 25% são apenas recolocação de famílias em lotes vagos. Ou seja, pelo menos 85% das famílias dita assentadas no governo Lula não representam uma verdadeira distribuição de terras e combate ao latifúndio. Afinal, por que o governo não consegue resolver o problema das 150 mil famílias que estão acampadas desde 2003?

Invasões afetaram investimentos, revela estudo da USP – Sítio Eletrônico da CNA – 13/02/2008

No Paraná, a invasão de propriedades rurais por movimentos sociais afetou os investimentos feitos por produtores, principalmente quando as ocupações superaram 120 dias. Isso fez com que 50% dos proprietários reduzissem seus investimentos e 22,7% deles parassem de investir. Um universo de 9,1% migrou para outra atividade e 18,2% não mudaram de comportamento diante das ações dos invasores.

Esses dados fazem parte do estudo "Direito de Propriedade e Conflitos de Terra no Brasil: uma Análise da Experiência Paranaense", apresentado nesta quarta-feira (13/02) pela pesquisadora Viviam Ester de Souza Nascimento, da Universidade de São Paulo

(USP), durante reunião conjunta das Comissões Nacionais de Assuntos Fundiários e de Assuntos Indígenas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na sede da entidade, em Brasília. A pesquisa abrange o período de 2000 a 2006 e foi feita em cerca de 160 propriedades no Paraná, envolvendo 138 proprietários rurais.

De acordo com o levantamento, ficou constatado que, das propriedades invadidas, 55,8% tinham entre 100 e 500 hectares, enquanto 32,6% possuíam mais de 500 ha. Dentre as fazendas incluídas no trabalho, 83,7% tinham título de registro em cartório de notas. Apesar das ocupações, apenas 17,6% dos proprietários intensificaram a segurança de suas fazendas. Apontou-se ainda que 36,1% das áreas sofreram mais de uma invasão.

Quanto à forma de resolução dos conflitos, 83,7% dos proprietários de imóveis rurais recorreram à Justiça, 8,2% fizeram acordos e 3,5% buscaram soluções sem intermédio da Justiça. Em relação ao tempo de resolução das questões fundiárias após a invasão, a pesquisa revelou que o governo paranaense demorou em média 147 dias para cumprir mandados judiciais de reintegração de posse. O proprietário levou um tempo médio de 5,8 dias para entrar com pedido para requerer a propriedade de volta, enquanto a Justiça expedia mandados de reintegração em 11 dias.

'Único jeito de chamar atenção é invadir', diz bispo - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/02/2008

Para integrante da Comissão Pastoral da Terra, governo só faz reforma agrária com 'situação de insegurança'

O bispo de Presidente Prudente, d. José Maria Libório Saracho, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em São Paulo, disse ontem que vai incentivar sem-terra a continuarem invadindo fazendas no Pontal do Paranapanema, a região com maior número de conflitos agrários do Estado. Até ontem, tinham sido ocupadas 18 fazendas na região, no chamado "carnaval vermelho" do líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior.

Novas ações devem ocorrer até o fim da semana. "O único jeito de chamar a atenção do governo para a reforma agrária é invadir e criar uma situação de insegurança", afirmou d. José Maria ontem. "Animo o pessoal para que continue invadindo. As multinacionais não vão querer vir para cá se a situação for de insegurança. A cana-de-açúcar vai ser um fracasso e o governo vai ter de fazer alguma coisa pelo povo."

Na manhã de hoje, o bispo recebe representantes do MST, do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e de outros movimentos e sindicatos rurais envolvidos na recente onda de invasões. Eles vão pedir que fale com o governador José Serra para que tire da pauta da Assembléia o projeto de regularização das terras do Pontal enviado em 2007.

As áreas a serem legitimadas pelo projeto são fazendas com mais de 500 hectares que estão em disputa na Justiça, pois o Estado considera as terras devolutas, mas os donos alegam ser proprietários legítimos. Em troca, os donos cederiam parte das áreas para serem usadas na reforma agrária.

DIÁLOGO - D. José Maria se dispôs a falar com Serra e contou que ele lhe telefonou no ano passado, quando recebeu o secretário de Justiça, Luiz Antonio Marrey, para discutir o projeto. “Disse que viria bater um papo, mas não veio. Se ele quiser me escutar, vou dizer que ele está errado sobre esse projeto.” O bispo entende que seria “injusto e imoral” legalizar terras passíveis de destinação para a reforma agrária, quando há famílias passando fome nos acampamentos. “Falei isso para o Marrey e ele me disse que eu estava equivocado, mas os equivocados são eles.”

Segundo o bispo, nos últimos anos o Estado adquiriu, com dinheiro repassado pelo governo federal, as Fazendas Porto Maria, Santa Tereza, Santo Expedito e São Camilo, no Pontal, mas não assentou famílias em nenhuma. “Não adianta o Incra repassar dinheiro se o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) não coloca as fazendas em dia para o povo trabalhar.” Ele alegou que o Estado devolveu R\$ 20 milhões dos R\$ 56 milhões repassados em 2007. “É uma vergonha devolver para Brasília a parte não gasta.” Marrey afirmara ao Estado que o repasse foi de R\$ 38 milhões e R\$ 34,4 milhões foram usados.

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que o bispo “não mede os limites, é ligado à esquerda radical, da qual fazem parte o MST e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)”. Ele lamentou que o bispo se utilize da Igreja Católica “para pregar o vandalismo e a baderna”. O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, considerou uma “profunda irresponsabilidade” as declarações do bispo. “Afasta o desenvolvimento e não resolve o problema do desemprego daquelas pessoas.” Ele disse que a reforma agrária “já cansou”.

Para o líder do MST Valmir Rodrigues Chaves, d. José Maria é aliado da reforma agrária. “O que ele está dizendo é o que o MST também acha: se não houver pressão a reforma não sai.”

Sem-terra desocupam fazenda - José Maria Tomazela e Sandro Villar – Estado de São Paulo – Nacional – 13/02/2008

Integrantes do MST desocuparam ontem a Fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes, invadida no chamado “carnaval vermelho”. As 110 famílias acataram ordem de despejo da Justiça. Segundo o líder dissidente José Rainha Júnior, 10 fazendas continuavam ocupadas até o fim da tarde: Coqueiro e Santa Tereza, em Presidente Venceslau, Guarani, em Presidente Bernardes, Beira Rio, em Teodoro Sampaio, Boa Esperança, Nova Esperança e Estrela da Laranja Doce, em Martinópolis, e Santa Maria, Santo Antonio e Nova Lagoinha, em Presidente Epitácio.

Novas ordens de reintegração de posse podem sair hoje. “Toda decisão judicial nós vamos respeitar, mas a nossa mobilização vai continuar”, disse Rainha.

Essa não é posição da Igreja, reage CNBB - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/02/2008

As declarações do bispo d. José Maria Libório Saracho sobre invasões de terras não representam o pensamento da Igreja Católica, nem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Em mais de uma ocasião a Igreja deixou claro que incentivar invasões não faz parte de seu programa nem como último recurso”, disse ontem o bispo d. Airton José dos Santos, secretário-geral da regional Sul 1 da CNBB, que abrange todas as dioceses do Estado de São Paulo.

D. Airton, que dirige a diocese de Mogi das Cruzes, na região metropolitana de São Paulo, ressaltou que não conhece os acontecimentos que envolvem a declaração de seu colega. “Ele faz parte de uma pastoral da Igreja que acompanha os problemas agrários do País e conhece bem a realidade dos sem-terra”, explicou. “Pode ser que não esteja vendo outro jeito de agir. Mas, repito, ele não fala em nome da Igreja.”

De acordo com a estrutura da Igreja, cada bispo tem autonomia dentro de sua diocese. E, embora todos devam se guiar pela doutrina geral da instituição, eles podem adotar posições particulares, livremente, de acordo com a realidade de cada lugar.

ESPECÍFICO - Pela CNBB podem falar apenas os três membros da sua presidência: o presidente, o vice e o secretário-geral. Os bispos integrantes de comissões e pastorais também podem falar em nome delas, especificamente. A CNBB possui, entre outras, as pastorais carcerária, da família, da juventude, dos migrantes. A Comissão Pastoral da Terra faz parte dos chamados organismos eclesiais relacionados com a CNBB, assim como a Comissão Pastoral Operária e o Conselho Nacional de Leigos.

D. José Maria faz parte da CPT de São Paulo. Ele pode, portanto, ter falado como titular da Diocese de Presidente Prudente; e também como representante da CPT.

Antes de assumir a diocese no oeste paulista, d. José Maria, um espanhol de origem basca, trabalhou durante 34 anos em bairros da zona leste de São Paulo. No início de 2002 o papa João Paulo II mandou-o para Prudente, que é o centro da região conhecida como Pontal do Paranapanema, um dos maiores focos de conflitos agrários do País. Lá ele encontrou uma parte do clero intensamente envolvida com os movimentos dos sem-terra, por meio da CPT.

Essa não é a primeira vez que ele faz declarações de apoio às ações dos sem-terra. Em 2003, ao celebrar missa num acampamento do MST, ele disse que Deus deu a terra para todos os homens e não só para os fazendeiros.

"Único jeito de chamar a atenção é ocupar" – Sitio Eletrônico do MST – 13/02/2008

O bispo de Presidente Prudente, D. José Maria Libório Saracho (foto ao lado), representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica de São Paulo, disse que vai incentivar os sem-terra a continuar ocupando fazendas no Pontal do Paranapanema, onde 1500 famílias ligadas do MST estão acampadas.

"O único jeito de chamar a atenção do governo para a reforma agrária é invadir e criar uma situação de insegurança", afirmou D. José Maria. "Animo o pessoal para que continue invadindo. As multinacionais não vão querer vir para cá se a situação for de insegurança. A cana-de-açúcar vai ser um fracasso e o governo vai ter de fazer alguma coisa pelo povo".

A estrutura fundiária do Pontal está baseada em latifúndios e em terras que pertencem ao poder público, que estão sendo usadas ilegalmente para fins particulares. De acordo com a legislação, essas áreas devem ser retomadas para se transformem em assentamentos. No entanto, o governador José Serra (PSDB) encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto de regularização das terras griladas na região.

D. José Maria se dispôs a falar com Serra e contou que ele lhe telefonou no ano passado, quando recebeu o secretário de Justiça, Luiz Antonio Marrey, para discutir o projeto. "Disse que viria bater um papo, mas não veio. Se ele quiser me escutar, vou dizer que ele está errado sobre esse projeto." O bispo entende que seria "injusto e imoral" legalizar terras passíveis de destinação para a reforma agrária, quando há famílias passando fome nos acampamentos. "Falei isso para o Marrey e ele me disse que eu estava equivocado, mas os equivocados são eles".

Segundo o bispo, nos últimos anos o Estado adquiriu, com dinheiro repassado pelo governo federal, as Fazendas Porto Maria, Santa Tereza, Santo Expedito e São Camilo, no Pontal, mas não assentou famílias em nenhuma. "Não adianta o Incra repassar dinheiro se o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) não coloca as fazendas em dia para o povo trabalhar."

Ele alegou que o Estado devolveu R\$ 20 milhões dos R\$ 56 milhões repassados em 2007. "É uma vergonha devolver para Brasília a parte não gasta." Marrey afirmara ao Estado que o repasse foi de R\$ 38 milhões e R\$ 34,4 milhões foram usados.

Com informações de O Estado de S. Paulo

Com aval do bispo, MST faz nova invasão em SP - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/02/2008

Um dia depois de o bispo de Presidente Prudente, d. José Maria Libório Saracho, ter dito que apóia as invasões no Pontal do Paranapanema (SP), integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ligados ao líder dissidente José Rainha Júnior ocuparam ontem a Fazenda Esperança, em Iepê, cidade da região. Foi a 19ª área invadida durante o chamado carnaval vermelho, segundo a liderança dos sem-terra, e a 15ª pelas contas do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Segundo a Polícia Militar, as primeiras famílias de sem-terra chegaram à fazenda às 2 horas da manhã. Um de seus líderes, Antonio dos Santos, disse que a área já foi considerada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e deve ser destinada à reforma agrária.

“Queremos que seja desapropriada”, afirmou Santos. O proprietário, José Carlos Garla, garantiu que as terras são produtivas e anunciou que vai à Justiça pedir a reintegração de posse.

A invasão ocorreu horas antes de o bispo receber líderes dos sem-terra na Cúria Diocesana de Presidente Prudente. D. José Maria representa a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Estado de São Paulo e a audiência fora pedida por Rainha. Ele quer que o bispo peça ao governador José Serra (PSDB) que desista do projeto de regularização das terras do Pontal. Destinado a fazendas com mais de 500 hectares, o projeto está na Assembléia Legislativa paulista, à espera de ser votado.

No encontro com os líderes, o bispo repetiu que apóia as invasões, pois são um “instrumento de luta” dos sem-terra. Afirmou ainda que se trata de uma questão de sobrevivência, porque há crianças passando fome nos acampamentos.

D. José Maria discorda do projeto de Serra, cuja aprovação significaria, na sua opinião, a legalização da grilagem. Mesmo assim, disse que tentará intermediar um encontro entre o governador e os sem-terra.

À imprensa, o bispo explicou que representa a CPT e pode emitir juízo sobre a realidade dos sem-terra de sua diocese.

O ruralista João Bosco Leal, presidente do Movimento Nacional dos Produtores, criticou ontem as declarações do bispo: “Ele estimula a violência, de maneira criminosa, no momento em que estamos tentando reduzir, pela negociação, os conflitos agrários no País.”

Projeto acaba com problema histórico na região, diz Itesp – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/02/2008

O projeto de regularização de terras do governador José Serra abre a oportunidade para sanar os problemas fundiários históricos do Pontal do Paranapanema, segundo o diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro. A regularização está condicionada à cessão de parte das terras para a reforma agrária, o que resolveria a questão da arrecadação de áreas para assentamentos. “Não é nada compulsório. O projeto abre a faculdade de se fazer acordos na Justiça”, explicou Ungaro.

Independentemente disso, o Itesp arrecada fazendas cujos proprietários se dispõem a pagar benfeitorias. “Obtivemos duas fazendas no fim do ano passado, sendo que uma delas já nos foi repassada.”

De acordo com Ungaro, as quatro fazendas adquiridas pelo Estado e mencionadas pelo bispo de Presidente Prudente, d. José Maria Libório Saracho, ainda dependem de licenciamento ambiental. “A exigência da licença para novos assentamentos foi criada pelo Consema (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que é um órgão federal.” Ele disse que o Itesp cumpre o que a lei determina.

O órgão estadual utilizou mais de 90% das verbas efetivamente repassadas pelo Incra, segundo o diretor-executivo. “Uma coisa é o valor previsto no contrato, outra é o recurso efetivamente repassado”, ressaltou. Ungaro destacou que o convênio com o Incra continua em vigor. “Estamos tomando providências para usar ao máximo esses recursos em novos acordos.” J.M.T.

Pontal do Paranapanema prioriza desenvolvimento – Sítio Eletrônico do MDA - 15/02/2008

O desenvolvimento dos assentamentos rurais e a recuperação ambiental estão entre as prioridades do Programa Territórios da Cidadania no Pontal do Paranapanema (SP). Boa parte dos problemas atuais no local tem origem no processo histórico de ocupação da região, marcado pela grilagem de terras e exploração predatória dos recursos naturais.

Objeto de reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, as terras devolutas do Pontal têm sido recuperadas pelo governo do estado, com recursos repassados pela União, e destinadas à criação de assentamentos rurais. Hoje, existem na região 107 assentamentos onde vivem quase 6 mil famílias. Com o Territórios da Cidadania, esses assentamentos poderão contar com uma maior integração das ações de governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançará o Programa no próximo dia 25, em Brasília. Ele trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Prevê 110 ações nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R\$ 9,3 bilhões de investimentos no ano de 2008 em todo o Brasil.

“O Programa só não pode ficar restrito a pequenas iniciativas”, alerta Zelitro Luz da Silva, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “É por isso que as demandas que estamos apresentando ao Territórios da Cidadania estão voltadas para a consolidação de três cadeias produtivas: do leite, da mandioca e da fruticultura”, completa.

Silva explica que a idéia é agregar valor à produção. Os assentamentos da região já contam com um laticínio com capacidade para processar 30 mil litros por dia, mas que requer investimentos para entrar em funcionamento. Também precisariam ser reestruturadas uma farinheira e uma unidade de processamento de frutas. Com isso, seria possível atingir uma capacidade diária de produção de 600 sacos de farinha e 3 mil quilos de polpa de fruta.

Resgate da sociobiodiversidade - A recuperação ambiental é outro desafio. Da Mata Atlântica que cobria a região, restam hoje apenas 2%. “Vejo que esse Programa tenta resgatar um pouco da sociobiodiversidade da região, melhorando as condições de vida dos moradores”, opina Djalma Weffort, presidente da organização não-governamental Apoena.

Para ele, é perfeitamente viável conciliar desenvolvimento socioeconômico com recuperação ambiental. A ONG coordena um projeto de recuperação de áreas degradadas em assentamentos por meio de sistemas agroflorestais. Atualmente, participam do projeto 70 famílias de nove assentamentos dos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá. “É possível recuperar o meio ambiente com geração de renda. E isso deve fazer parte das prioridades do governo”, conclui Weffort.

Agronegócio às custas do trabalho escravo e do desmatamento – Vinicius Mansur – Sítio Eletrônico do MST – 15/02/2008

Aproximadamente 60% das denúncias de trabalho degradante recebidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) se referem à pecuária, seguida pela soja, algodão, cana e carvoarias. De acordo com a CPT, as ocorrências de trabalho escravo no Brasil resistem porque tem vínculos com a expansão destas atividades agrícolas, que contam com preços internacionais favoráveis.

Segundo a CPT, em 2007 foram libertadas pelas equipes móveis do Ministério do Trabalho 5,9 mil pessoas submetidas a condições semelhantes às da escravidão. Desse total, quase três mil estavam no Centro-Oeste e cerca de duas mil no Norte. Regiões de fronteira agrícola, onde as grandes propriedades se aliam às altas taxas de desemprego, favorecendo a contratação de trabalhadores em condições degradantes.

O crescimento do agronegócio também aumenta o desmatamento. De acordo com o Ministério Público do Pará, nas áreas amazônicas que sofrem com o desmatamento, o avanço predominante é o da criação de gado. Destaca-se o avanço da agropecuária em direção ao sul de Rondônia e do Pará e ao norte do Mato Grosso.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informou nesta quarta-feira (13) que o governo irá identificar os 150 empresários que mais desmatam ilegalmente no País.

MST foi responsável por 77% das ocupações em 2007 – Sítio Eletrônico do MST – 15/02/2008

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi a entidade que mais ocupou imóveis rurais do total de 2007, de acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional. De 287 ocupações registradas entre janeiro a novembro do ano passado, o Movimento foi responsável por 221 ações, que representam 77% do total.

Em 2003, primeiro ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram registradas 222 ocupações; em 2004, 327; em 2005, 221; em 2006, 266; e em 2007, 287 (excluindo o mês de dezembro).

O mês de abril, quando ocorre a jornada em memória aos 19 trabalhadores mortos em Eldorado de Carajás, em 1996, foi o mês que registrou o maior número de ocupações em 2007. Foram 74 ocupações.

O relatório revela que as 287 ocupações de terra de 2007 representam o segundo maior volume de ocupações nos cinco anos de Lula na presidência da República. Apenas em 2004, quando ocorreram 327 ocupações, esse número foi superior a 2007.

Mesmo faltando os números de dezembro do ano passado para serem contabilizados, o total não irá superar o de 2004. Desde que o governo federal começou a série histórica de registro de ocupações, em 1995, ocorreram 3.629 ocupações de terras no Brasil. Foram 2.306 nos oito anos das duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e 1.323 nos cinco anos de Lula.

A média de ocupação de terra no governo tucano é de 288,2 áreas por ano. Nos mandatos do presidente Lula, a média anual é de 264,6 invasões anuais.

As ações dos sem-terra no período Fernando Henrique chegaram a seu pico em 1999, quando foram registradas 481. O maior registro no atual governo foi em 2004, quando ocorreram 327 ocupações.

Além do MST, várias outras entidades ocuparam terras no país, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e até mesmo a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sem-terra ocupam reitoria de universidade – Estado de São Paulo – Nacional – 16/02/2008

Agricultores ligados ao Movimento dos Sem-Terra acamparam quinta-feira na reitoria da Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza. Eles reivindicam o pagamento dos educadores do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e audiência com o governador Cid Gomes (PSB). O grupo diz que o pagamento está atrasado desde abril de 2007.

Fazenda Coqueiros é invadida novamente – Estado de São Paulo – Nacional – 16/02/2008

A Fazenda Coqueiros sofreu mais uma rápida invasão ontem. Grupo de 80 sem-terra entrou na propriedade, em Coqueiros do Sul, e começou a construir 14 barracos, mas desistiu quando a Brigada Militar chegou. Os sem-terra voltaram para o acampamento que mantêm fora dos limites da Coqueiros. Desde 2004, a fazenda foi invadida oito vezes.

TERRAS – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 16/02/2008

Presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp, o ex-ministro Roberto Rodrigues concorda que a tendência é que 2008 seja mais um ano de valorização da terra no país. "Em certas regiões de fronteira, o preço pode até duplicar", diz.

DESMATAMENTO – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 16/02/2008

Rodrigues considera inevitável que aumente o desmatamento no limite das áreas de fronteira agropecuária. O ex-ministro cita estudo da FAO, que aponta para aumento de 42% na necessidade de produtos agrícolas em 20 anos.

NÃO SÓ PRODUTIVIDADE – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 16/02/2008

Para atender essa demanda, a própria FAO estima que 80% desse volume adicional virá do aumento de produtividade das áreas já cultivadas. Os outros 20%, de novas áreas. Por isso, segundo Rodrigues, "a questão das fronteiras precisa ser discutida no país".

Sem-terra é baleado na perna no Pontal – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008

Um sem-terra foi baleado na perna, sábado de madrugada, na fazenda Iara, em Euclides da Cunha, pelo acompanhante do advogado Roberto Macedo, um dos donos da área. Estes dois foram dominados até que a polícia chegasse e os levasse à delegacia de Presidente Venceslau. Oitenta invasores tomaram o local no Carnaval e se recusam sair, ignorando a decisão da justiça.

Bispo que incentiva invasões no Pontal expõe divisão na Igreja - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008

No decorrer desta semana, o bispo da diocese paulista de Presidente Prudente, d. José Maria Libório Saracho, vai se reunir em São Paulo com colegas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo oficial do encontro é a análise das contas da Regional Sul 1 da CNBB - da qual o bispo de Prudente é conselheiro. Mas já se sabe que a conversa será dominada por outro tema: d. José Maria vai explicar aos bispos as razões das declarações que fez na semana passada, incentivando as invasões de propriedades rurais no Pontal do Paranapanema - uma das regiões mais conflituosas do País, incrustada no interior da área eclesiástica que ele administra.

As declarações do bispo provocaram constrangimento na cúpula da CNBB, que pôs representantes em campo para esclarecer duas coisas: 1) o pensamento do bispo não representa o pensamento da cúpula organização; 2) a Igreja respeita a propriedade privada como um direito natural.

Na reunião em São Paulo, d. José Maria apresentará aos seus colegas um relato histórico sobre os conflitos e tentará convencê-los do seguinte: ele não estimula invasões de propriedades privadas, porque no Pontal a maior parte das terras é grilada, ou seja, foi ocupada de forma irregular, sem documentação legal. Por esse raciocínio, o invasor é quem está dentro da propriedade - que seria pública - e não quem a invade.

D. José Maria, espanhol de origem basca que completou 76 anos em novembro e está a caminho da aposentadoria, aguardando apenas a nomeação de seu substituto pelo papa Bento XVI, conseguiu com suas declarações revolver duas antigas polêmicas. A primeira delas arrasta-se na Justiça desde 1930, quando o bispo ainda estava por nascer, e envolve a Igreja de forma indireta.

Trata-se da questão da legalidade dos títulos de terras do Pontal. Já foi demonstrado pela Justiça que a cadeia dominial de parte deles padece de um vício na sua origem: a assinatura com a qual o frei Pacífico do Monte Falco atribuiu a propriedade de uma vasta área da região a um de seus paroquianos, que depois a desmembrou em várias partes para revender.

A tal assinatura foi aposta ao documento de sacristia em 1856. Detalhe importante: o frei estava morto havia dez anos. Até hoje não existe uma jurisprudência sobre as terras em litígio no Pontal e cada caso é discutido durante anos na Justiça, com detalhes que remontam às capitâneas hereditárias.

FISSURA INTERNA - A segunda polêmica expõe uma fissura no interior da Igreja. Ao se posicionar a respeito das declarações de d. José Maria, bispos e pensadores católicos acabaram revelando conceitos diferentes a respeito do direito à propriedade e, por tabela, das invasões de terras.

Tanto o secretário-geral da CNBB, d. Dimas Lara Barbosa, quanto o secretário da Regional Sul 1, d. Airton José dos Santos, deram declarações públicas ressaltando que a doutrina social da Igreja respeita a propriedade privada como um direito natural e, portanto, inviolável. D. Airton, que participa da reunião desta semana em São Paulo, enfatizou que a Igreja não apóia invasões de propriedades nem em casos extremos.

No Mosteiro de São Bento, no Rio, d. Estevão Bittencourt, professor de teologia e respeitado divulgador da doutrina católica, foi mais enfático. “Considerando que a propriedade é um direito natural, a invasão de terras é uma violência inaceitável”, disse o frade beneditino ao Estado.

D. Tomás Balduino, que aos 86 anos atua como um dos mais ativos conselheiros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade da qual d. José Maria também faz parte, tem

outra opinião. Para começo de conversa ele tem ojeriza à expressão invasão, substituindo-a sempre por ocupação - que teria um sentido político mais adequado.

“Considero fruto da cegueira e do preconceito a tentativa de nivelar as ocupações dos sem-terra às ações de quadrilhas que violam propriedades privadas”, disse ele. “Os sem-terra não ocupam terras para aumentar suas propriedades, não roubam a terra, não são quadrilheiros. A ocupação tem o sentido de uma denúncia política - para mostrar à sociedade que o Estado não executa a reforma agrária que está determinada pela Constituição do Brasil.”

Para fundamentar sua tese, d. Tomás gosta de lembrar um documento que não foi redigido por ninguém da Igreja, mas, na opinião dele, poderia fazer parte de sua doutrina. Trata-se do voto proferido em 1996 pelo então ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luiz Vicente Cernicchiaro, concedendo habeas-corpus a um grupo de sem-terra acusado de esbulho possessório - ou apropriação de imóvel alheio.

Dizia o ministro, lembrado pelo bispo, que: “No esbulho possessório o agente dolosamente investe contra a propriedade alheia, a fim de usufruir um de seus atributos. Ou alterar limites do domínio para enriquecimento sem justa causa.” No caso dos sem-terra, porém, era diferente: “Revela sentido amplo, socialmente de maior grandeza, qual seja, a implantação da reforma agrária.”

EQUILÍBRIO - O padre José Maria Pereira, que é reitor da Universidade Católica de Petrópolis e ostenta em seu currículo o título de mestre em direito, defende uma posição de equilíbrio: “A doutrina social da Igreja condena os grandes latifúndios improdutivos e apóia a reforma agrária, que, além de necessidade política, é uma obrigação moral da sociedade. Mas jamais se deve usar a violência.”

Ao apoiar as invasões de maneira indiscriminada, diz o pensador católico de Petrópolis, a Igreja corre o risco de acabar apoiando a baderna: “No meio dos sem-terra existem pessoas bem-intencionadas, outras que são levadas pela multidão e também as que se interessam apenas pela baderna. Temos notícias de pessoas que invadem, conseguem o lote, vendem logo em seguida, sem produzir nada, e vão incentivar novas invasões logo adiante.”

Em relação às declarações do bispo de Prudente, de que a invasão é uma forma de chamar a atenção das autoridades para a reforma, o seu xará de Petrópolis diz: “Se há pessoas passando fome por falta de terras, a Igreja deve fazer pressões junto aos latifundiários e chamar a atenção dos poderes públicos. Mas nunca pregar a violência, que é que acontece quando se estimula a invasão de uma propriedade.”

Declarações também irritaram governo estadual – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008

Além de constrangimento na cúpula da CNBB, as declarações do bispo d. José Maria Libório Saracho causaram irritação no governo estadual. Na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, à qual está subordinado o Instituto de Terras do Estado, o titular Luiz Antônio Guimarães Marrey disse que o bispo deveria ter virado suas baterias para Brasília: “Deveria ter começado pela cobrança do governo federal, a quem compete realizar a reforma agrária.”

Para o secretário - às voltas com uma nova onda de invasões e com o incômodo título de Estado com o maior número de ações dos sem-terra no País -, as declarações do bispo são perigosas: “Ele incentiva a violência. Esquece que as disputas no Estado de direito têm que ser levadas ao Judiciário. Não são coisas para se resolver na base da violência.”

O bispo também pode estar expondo pessoas a riscos: “Ocorrem conflitos nas invasões. Quando elas se consumam, os proprietários pedem reintegração de posse e às vezes é necessário mandar a polícia até o local, para executá-la. Se ocorre alguma violência, o governo é acusado. Por outro lado, quando os mecanismos da Justiça entram em ação para punir atos ilegais, dizem que estamos criminalizando os movimentos sociais. Acontece que o fato de pertencer a um movimento social não dá imunidade a ninguém para praticar crimes. Não podemos construir um país civilizado dessa maneira.”

Marrey também disse que o bispo reforçou a ação de líderes profissionalizados dos movimentos de sem-terra: “A direção dessas organizações está profissionalizada e não quer o fim dos conflitos, porque vive disso.”

Informado de que existem outros bispos e pensadores católicos que defendem os invasores, o secretário de Justiça observou: “Esse discurso radicalizado, que não serve à causa da paz, é defendido por uma minoria dentro da Igreja.”

Nascimento do MST teve influência religiosa – Estado de São Paulo – Nacional – 17/02/2008

O MST, o principal movimento de sem-terra do País, nasceu no final dos anos 70 sob as asas da Igreja Católica, estimulado pela Comissão Pastoral da Terra e sob os eflúvios da então efervescente Teologia da Libertação. João Pedro Stédile, o líder mais conhecido do movimento, tem formação católica e começou a se interessar pelas questões agrárias a partir de seu contato com padres capuchinhos da ala progressista da Igreja no Rio Grande do Sul.

Foi a Teologia da Libertação que deu o subsídio para a idéia, repetida na semana passada pelo bispo d. José Maria Libório Saracho, de que a invasão de terras é um recurso

ao qual os cristãos podem recorrer, em nome dos interesses sociais da terra. Por essa visão, imoral é o latifúndio - a grande extensão de terra improdutiva.

A ligação entre MST e Igreja não é tão intensa quanto no passado, mas continua forte. No Pontal, os padres da CPT ainda constituem um dos principais pontos de apoio dos sem-terra.

Para o frade dominicano Carlos Josafá Pinto de Oliveira, um dos expoentes da Teologia da Libertação no País, o apoio à luta dos sem-terra tem sustentação na doutrina social da Igreja: “Muitas pessoas fora da Igreja cultivam a idéia de que a propriedade privada é um direito absoluto. Mas a doutrina tem uma dupla dimensão. Uma pessoal, que diz respeito ao direito dos proprietários; e outra social, que diz respeito à correta utilização da propriedade. No caso da terra, um latifúndio improdutivo viola a dimensão social. Nesses casos, o Estado deve intervir. Se ele não cumprir sua missão, os que estão sendo lesados podem tomar medidas para forçar o Estado a, democraticamente, cumprir a dimensão social da propriedade, por meio da reforma agrária.”

O teólogo diz que é inaceitável a idéia de que o direito de propriedade é sagrado, natural e intocável: “A grande propriedade rural merece ser ocupada quando não é útil, quando não está sendo devidamente explorada. Quem fala em direito natural e sagrado está falando apenas de uma parte dessa história, a parte individual, e esquecendo a social.”

Em Petrópolis, o reitor da Universidade Católica, padre José Maria Pereira, alerta para os exageros desse tipo de pensamento: “A doutrina social da Igreja é muito clara na condenação do latifúndio improdutivo, pois Deus criou a terra para todos. Mas não podemos nos esquecer da necessidade de respeito à propriedade privada, que tem fundamento filosófico, é uma exigência da natureza intelectual do homem.”

O padre dá um exemplo do que isso significa: “O bem privado é um estímulo para a pessoa progredir. Para planejar o futuro, a pessoa tem que possuir bens, frutos de seu trabalho. A propriedade é o penhor de uma sociedade organizada, articulada. É um direito.”

Invasão em SP termina com um ferido a bala – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2008

O integrante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Márcio Fernandes, 41, foi ferido a tiro na perna após confronto ocorrido numa fazenda invadida ontem, em Euclides da Cunha (SP). Ele foi levado ao hospital e liberado. Rodrigo Macedo, 34, filho do dono da fazenda invadida e o funcionário dele Lucivaldo Viali, 40, foram apontados como autor dos disparos e presos. Eles alegam terem sido agredidos.

Campo vermelho - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/02/2008

O ano de 2008 se revela pródigo, pelo menos em invasões e em iniciativas do MST que procuram pôr em questão a moderna produção agrícola. Tudo o que cheira à produtividade, ao empreendedorismo e ao lucro é considerado algo abominável, que deveria ser extirpado da face da Terra. Nada como a luz chavista para iluminar os que se recusam a acreditar na verdade teologicamente revelada. As pautas eleitorais e as políticas já fazem parte da nova agenda.

A agenda eleitoral se mostra particularmente presente na onda de invasões que assola o Estado de São Paulo. Não é casual, porém, que o ano tenha começado nesse Estado, haja vista o fato notório de que o mais forte contendor do atual governo, para as eleições de 2010, é o atual governador José Serra. Tratando-se, agora, de eleições municipais, o MST e as organizações congêneres estão procurando apresentar uma pauta que venha a prejudicar diretamente os tucanos. O governador, dada a sua projeção nacional, coloca-se como um alvo privilegiado, sendo utilizado o mote da regularização das terras supostamente devolutas existentes no Estado. A sua política de regularização fundiária está em causa, e o é por seus acertos, ao criar condições para que os conflitos agrários sejam equacionados. Nada disso, no entanto, interessa àqueles que vivem de conflitos e invasões.

O processo eleitoral faz, portanto, parte de um contexto mais amplo, o do prosseguimento do governo Lula na perspectiva do fortalecimento desses “movimentos sociais” e de suas propostas de radical transformação revolucionária da sociedade. Para eles, os próximos anos serão cruciais, porque, a despeito de suas críticas ao atual governo, eles têm obtido substanciais apoios financeiros e a lei não é a eles aplicada, em particular a que impede a desapropriação das propriedades invadidas e retira os invasores da lista dos próximos assentamentos. Sua pressão imediata é pela revisão dos índices de produtividade, tendo como objetivo relativizar ainda mais a propriedade privada. Por exemplo, o País, hoje, possui poucas terras improdutivas, sobretudo no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com uma modificação nos índices, num golpe de mágica, um número expressivo de propriedades poderia ser objeto de desapropriação. Pergunta-se: será que os produtores agrícolas deveriam dar ao Estado e aos ditos movimentos sociais o resultado de seu próprio

empreendedorismo, de seu próprio trabalho? Exige-se isso dos setores industriais, financeiros, de serviços e comerciais? Tais índices são aplicados aos assentamentos?

A questão do desmatamento da Amazônia está servindo também para colocar o agronegócio como bode expiatório da irresponsabilidade governamental, numa clara orquestração entre os movimentos sociais e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio ambiente. O Estado é ele mesmo proprietário de 76% dessa parte do território nacional, sendo, portanto, responsável pelo que lá ocorre. Se não fiscaliza as suas próprias propriedades, deveria assumir o ônus de sua omissão. Os que destroem a mata nativa deveriam ser punidos, independentemente de suas qualificações como madeireiros, empresários ou assentados. A lei, simplesmente, deveria ser aplicada. Contudo, o governo, como sempre, utiliza dois pesos e duas medidas.

O Estadão estampou, há alguns dias, em manchete de sua primeira página, o desmatamento realizado por assentados. As provas são abundantes. O MST, quando desmata, esconde e, no entanto, não deixa de alardear a sua defesa do meio ambiente. O Estado do Paraná tem inúmeros exemplos de destruição ambiental levada a cabo por esse “movimento social”. Entretanto, os ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente se apressaram em dizer que não “acreditam” que os assentamentos produzam destruição ambiental. Poderiam acreditar em duendes também. No Estado de Direito, um mesmo princípio é aplicado igualmente a todos. O que não pode é substituir a aplicação da lei por uma nítida manobra política.

A Revista Sem-Terra, em seu novo número, dá um exemplo de quais são os objetivos estratégicos desta organização política travestida de movimento social. Lá consta uma entrevista de Roberto Baggio, integrante da direção nacional do MST. Suas palavras têm o mérito da clareza, pena que alguns relutem em ver o que está acontecendo. A miopia ideológica continua persistente, apesar do enorme peso dos fatos. Suas posições são claramente orientadas pelo marxismo, tendo como inimigo o capitalismo e os seus símbolos, como as empresas do agronegócio. Assim, declara ele: “O agronegócio brasileiro é o grande responsável pela violência, pela contratação de jagunços, milícias armadas, assassinatos de trabalhadores, ameaças à biodiversidade, pressão sobre o Poder Judiciário, destruição da natureza, pelos níveis de pobreza...” Só falta dizer que ele é responsável de todos os males do planeta, inclusive as eventuais dores de cabeça que qualquer um venha a ter. O problema se resume, segundo essa ótica, a estabelecer a “democracia totalitária”, isto é, o “socialismo”.

Para não deixar lugar a dúvidas, logo é explicitado o que isso significa: “Nesta perspectiva, a Alternativa Bolivariana para os Povos das Américas (Alba) passa a ser a nossa nova tarefa política para o movimento social latino-americano e pode ser o grande projeto de integração e de soberania política... Na medida em que o continente latino-americano retoma o ascenso da luta social e da mobilização, o projeto da Alba pode ser o grande projeto da integração e de construção da grande pátria de unidade latino-americana sonhada por pensadores como Che Guevara, Martí, Simón Bolívar e Paulo Freire...” O “sonho” consiste em fazer do País uma grande Cuba ou uma Venezuela.

Qual é, pois, o sentido de falar em reforma agrária no contexto de um projeto político desse tipo? ***Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br**

Campo vermelho – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 18/02/2008

O ano de 2008 se revela pródigo, pelo menos em invasões e em iniciativas do MST, que procuram pôr em questão a moderna produção agrícola.

Tudo o que cheira a produtividade, a empreendedorismo e a lucro é considerado algo abominável, que deveria ser extirpado da face da Terra.

As pautas eleitorais e políticas já fazem parte da nova agenda.

A agenda eleitoral se mostra particularmente presente na onda de invasões que assola o estado de São Paulo.

Não é casual, porém, que o ano tenha começado neste estado, haja vista o fato notório de que o mais forte contendor do atual governo, para as eleições de 2010, é o atual governador José Serra.

Tratando-se, agora, de eleições municipais, o MST e as organizações congêneres estão procurando colocar uma pauta que venha a prejudicar diretamente os tucanos. O governador, dada a sua projeção nacional, coloca-se como um alvo privilegiado, sendo utilizado o mote da regularização das terras supostamente devolutas existentes no estado. Nada disso, no entanto, interessa àqueles que vivem de conflitos e invasões.

O processo eleitoral faz, portanto, parte de um contexto mais amplo, o do prosseguimento do governo Lula na perspectiva do fortalecimento desses “movimentos sociais”.

Para eles, os próximos anos serão cruciais, porque, a despeito de suas críticas ao atual governo, eles têm obtido substanciais apoios financeiros e a lei não é a eles aplicada.

Sua pressão imediata é pela revisão dos índices de produtividade, tendo como objetivo relativizar ainda mais a propriedade privada.

Com uma modificação nos índices, um número expressivo de propriedades poderia ser objeto de desapropriação.

Pergunta-se: será que os produtores agrícolas deveriam dar ao Estado e aos ditos movimentos sociais o resultado de seu próprio trabalho? Exige-se isso dos setores industriais, financeiros, de serviços e comerciais?

Tais índices são aplicados aos assentamentos? A questão do desmatamento da Amazônia está servindo também para colocar o agronegócio como bode expiatório da irresponsabilidade governamental.

O Estado é ele mesmo proprietário de 76% desta parte do território nacional, sendo, portanto, responsável pelo que lá ocorre. Os que destroem a mata nativa deveriam ser punidos, independentemente de suas qualificações como madeireiros, empresários ou assentados. A lei, simplesmente, deveria ser aplicada. Contudo, o governo utiliza dois pesos e duas medidas.

O Estadão estampou, há alguns dias, em manchete de sua primeira página, o desmatamento realizado por assentados. O MST, quando desmata, esconde e, no entanto, não deixa de alardear a sua defesa do meio ambiente. Entretanto, os ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente se apressaram em dizer que não

“acreditam” que os assentamentos produzam destruição ambiental. Poderiam acreditar em duendes também.

A revista “Sem-Terra”, em seu novo número, dá um exemplo de quais são os objetivos estratégicos dessa organização política. Lá consta uma entrevista de Roberto Baggio, integrante da direção nacional do MST.

Suas palavras têm o mérito da clareza, pena que alguns relutem em ver o que está acontecendo. Assim, declara ele: “O agronegócio brasileiro é o grande responsável pela violência, pela contratação de jagunços, milícias armadas, assassinatos de trabalhadores, ameaças à biodiversidade, pressão sobre o Poder Judiciário, destruição da Natureza, pelos níveis de pobreza...” Só falta dizer que ele é responsável de todos os males do planeta, inclusive as eventuais dores de cabeça que qualquer um venha a ter. O problema se resume a estabelecer o “socialismo”.

Logo é explicitado o que isso significa: “Nesta perspectiva, a Alternativa Bolivariana para os Povos das Américas (Alba) passa a ser a nossa nova tarefa política para o movimento social latino-americano e pode ser o grande projeto de integração e de soberania política... o projeto da Alba pode ser o grande projeto da integração e de construção da grande pátria de unidade latinoamericana sonhada por pensadores como Che Guevara, Martí, Simón Bolívar e Paulo Freire...” O “sonho” consiste em fazer do país uma grande Cuba ou uma Venezuela.

Qual é, pois, o sentido de falar em reforma agrária no contexto de um projeto político desse tipo? ***DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

Como será o recadastramento de imóveis rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 18/02/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, apresentam nesta terça-feira (19), às 11h, os termos da Instrução Normativa que estabelece diretrizes para o recadastramento de imóveis rurais em 36 municípios da Amazônia. A apresentação será no gabinete do ministro, em Brasília. A seguir, com apoio de técnicos especializados, ambos estarão à disposição dos jornalistas para maiores esclarecimentos.

Evento: Entrevista coletiva do ministro Guilherme Cassel e do presidente do Incra, Rolf Hackbart

Local: Gabinete do Ministro, Esplanada dos Ministérios, Bloco A, em Brasília

Data e hora: 19 de fevereiro, terça-feira, 11h

Os rumos da Reforma Agrária no MS – Sítio Eletrônico do MST – 18/02/2008

A Comissão Pastoral da Terra/MS após reflexões realizadas a partir do seu trabalho cotidiano e direto com os acampados (as) e assentados (as) de Mato Grosso do Sul, manifesta sua preocupação com os rumos da REFORMA AGRÁRIA e com o futuro dos assentamentos.

Neste sentido, quer torná-la pública junto aos movimentos sociais do campo comprometidos com a reforma agrária e a agricultura camponesa, os órgãos públicos federais e estaduais responsáveis pela implantação dos projetos de assentamento e a assistência técnica às famílias assentadas.

O momento que vivenciamos é delicado por inúmeras razões, dentre elas destacamos o avanço do agronegócio e as disputas em torno do cargo de superintendente do INCRA no MS. Pois bem, a CPT/MS se sente no dever de explicitar suas preocupações como fruto do compromisso que assumiu junto aos camponeses deste Estado.

Nossa intervenção no debate público não vem no sentido político propriamente dito, não que a REFORMA AGRÁRIA não seja política, mas entendemos que nossa tarefa é avançar para além da discussão dos nomes e questionar acerca do projeto de REFORMA AGRÁRIA que queremos. Pois parece ser este o grande nó. Os camponeses, as entidades e órgãos públicos interessados na defesa da REFORMA AGRÁRIA no Mato Grosso do Sul precisam discutir os caminhos e (des)caminhos desta política de assentamentos que vem sendo implantada aqui. Sem fazermos este acerto de contas dificilmente conseguiremos caminhar, pois o descontentamento é amplo.

Para evidenciar o que chamamos de (des)caminhos e, logo, nossa preocupação com o PROJETO de REFORMA AGRÁRIA vamos iniciar lembrando a propaganda oficial do governo que vem destacando Mato Grosso do Sul como o Estado que nos últimos anos tem assentado o maior número de famílias.

Não vamos questionar isso, apenas lembrar que a estrutura fundiária do Estado em quase nada foi alterada, ou seja, continua altamente concentrada. Então qual é o problema? Vejamos, estas famílias tem sido assentadas em lotes de tamanho bem inferior aos assentamentos realizados nos anos anteriores, com o agravante de que a atual administração Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul optou prioritariamente pela aquisição de terras (compra) em detrimento do instrumento constitucional de desapropriação dos latifúndios que não cumprem a função social da propriedade.

Para piorar a situação, muitos destes assentamentos são criados distantes dos centros consumidores e em áreas pobres em fertilidade do solo. Por outro lado, a imposição de um modelo, denominado “Sócio Proprietário” que visa transformar os sem terra em “empresários” e que não respeita a cultura camponesa da propriedade individual familiar, cria uma grande insatisfação nas famílias que sonharam/lutaram para ter esse pedaço de terra. Este modelo para ser implantado depende de alto grau de organização social das famílias, de assistência técnica de qualidade (que de fato não é oferecida às famílias assentadas), além de ser questionável como têm mostrado inúmeros pesquisadores ligados a questão agrária nacional e internacional inclusive ligados ao próprio MST.

Acrescentase a isso questões de ordem doméstica como o atraso na implantação de infra-estrutura necessária e a demora de até dois anos (assentamento São João em Nova Alvorada do Sul) para liberar o primeiro crédito do PRONAF, situação fundamental para que as famílias possam iniciar a organização da propriedade e da produção.

Portanto, este atual modelo/projeto de REFORMA AGRÁRIA tem criado uma enorme insatisfação e revolta das famílias que lutaram por um pedaço de terra, estimulando a desistência, o abandono, bem como a venda dos lotes. Ou o arrendamento das terras para o plantio da cana ou do eucalipto, que é muito grave, pois é proibido por lei.

No assentamento Itamarati, há denúncia de que foram arrendados os armazéns, os pivôs e as terras usados para a irrigação, tudo com o consentimento do INCRA. E apesar da venda de lotes ser condenada publicamente e a ação de retomada alardeada, o que se vê na prática geral é a omissão do INCRA tanto no sentido da regularização dos que lá estão como da retomada de lotes comprados por pessoas que não têm o perfil exigido por lei como por exemplo donos de supermercados.

Reiteramos que vimos a público manifestar nossa contribuição porque é preocupante o número de denúncias feitas à CPT/MS como, por exemplo, a venda de vagas antecipadas em acampamentos (que chegam a R\$ 2.000,00 ou mais por vaga), cujos denunciadores não querem ser identificados por temerem represálias ou até mesmo a expulsão do acampamento.

Mas não podemos finalizar esta nota sem dizer que o governo do Estado prioriza explicitamente o Agronegócio, em prejuízo da agricultura familiar no MS. Desta forma, a assistência técnica pública tem se mostrado totalmente ineficiente e inoperante, não sendo capaz sequer de elaborar em tempo hábil os projetos de investimento do PRONAF. O governo alega que não tem técnicos suficientes, o que é verdade, porém os que têm passam a maior parte do seu tempo nos escritórios, não tendo muitas vezes combustível para ir até os assentamentos.

É inegável que a criação de assentamentos tem aquecido a economia dos municípios onde estão instalados, trazendo benefícios não só aos sem terras, mas a toda sociedade local. Portanto, reafirmamos a necessidade urgente de rever o modelo/projeto de REFORMA AGRÁRIA no Mato Grosso do Sul, não só como mecanismo de desenvolvimento econômico, mas também social.

Defendemos o fim do latifúndio com o estabelecimento do limite para o tamanho da propriedade rural, pois entendemos que todo latifúndio por si já é injusto e a terra deve cumprir a função social como reza o artigo nº 184 da constituição federal. Terra para quem nela trabalha e produz e não a serviço da especulação financeira.

Comissão Pastoral da Terra/MS

MST coloca Justiça de joelhos, diz fazendeiro - José Maria Tomazela, Evandro Fadel e Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 19/02/2008

O fazendeiro Cleudir Macedo, dono da Fazenda Iara, em Euclides da Cunha Paulista, no Pontal do Paranapanema, criticou a demora da Justiça em fazer cumprir a reintegração de posse da área. “A Justiça e a sociedade estão de joelhos diante do MST”, afirmou Macedo, que teve um filho preso após conflito com integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) no sábado.

A Fazenda Iara, de propriedade de Macedo, foi invadida pelos sem-terra há duas semanas, durante a operação “carnaval vermelho”, comandada por José Rainha, do MST.

No sábado, os invasores tentaram ocupar a sede da propriedade, provocando um conflito, no qual saiu ferido o sem-terra Marcio Fernandes, atingido por um tiro na perna.

O filho do fazendeiro, o advogado Rodrigo Macedo, e seu empregado Lucivaldo Vialli, apontados pelos sem-terra como autores dos disparos, foram presos e estavam até ontem detidos em Presidente Venceslau.

Segundo o fazendeiro, o mandado judicial para retirada dos invasores da propriedade foi expedido no dia 14 - dois dias, portanto, antes do conflito. “Se a Justiça tivesse agido com rapidez, nada teria acontecido”, disse Macedo.

Segundo o fazendeiro, seu filho foi até o local para negociar com os sem-terra a não-invasão da sede, mas teria sido recebido a bala. Mais tarde, com a aproximação da Polícia Militar, os militantes do MST teriam forjado o crime contra o sem-terra.

Macedo disse não entender por que as autoridades ainda não mandaram prender Rainha. “Por que esse homem, que tem várias condenações, não é preso? Por que se ajoelham diante de um facínora?”

O conflito aumentou a tensão no Pontal, onde 6 das 19 fazendas invadidas pelos sem-terra desde a semana do carnaval continuavam ocupadas na manhã de ontem. Rainha contestou a versão do fazendeiro: “O filho do dono chegou lá atirando, atingiu um acampado e o pessoal apenas o dominou e entregou para a polícia.”

INVASÕES - Integrantes do MST realizaram ontem novas ações para cobrar reforma agrária. No Rio Grande do Sul, a Granja Nenê, em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre, foi invadida na madrugada por 400 integrantes do MST. À tarde o grupo deixou a área da granja e voltou para um acampamento que mantém do lado de fora da propriedade.

Apesar da saída pacífica, a movimentação dos sem-terra gerou momentos de tensão enquanto durou. Foi a terceira vez que eles entraram na propriedade neste ano, exigindo o início do processo de assentamento de mil famílias no Rio Grande do Sul, que está prometido para o mês de abril.

Na ação de ontem, os sem-terra derrubaram eucaliptos na Estrada do Passito, que dá acesso à área, bloqueando o tráfego. A Brigada Militar enviou um batalhão ao local e chegou a ameaçar usar a força.

No Paraná, 300 integrantes do MST interromperam o tráfego na PR-158, no sudoeste do Estado, próximo ao Assentamento 10 de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu. A Polícia Rodoviária Estadual teve de orientar o tráfego para rodovias alternativas.

O renascimento da agenda agrária – José Graziano da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 20/02/2008

Os participantes da próxima conferência da FAO serão responsáveis por redefinir o papel da reforma agrária no novo momento da região

A 30ª CONFERÊNCIA Regional da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), que reunirá 33 países em Brasília, de 14 a 18 de abril, carrega o ambicioso compromisso de consolidar um novo consenso em torno do desenvolvimento rural da América Latina e do Caribe. Entre outros assuntos, seus painéis vão discutir as interseções entre os setores público e privado para acelerar o fomento rural; os riscos e as oportunidades da agroenergia; o combate à fome; o manejo sustentável da pecuária e as cruciais salvaguardas contra doenças transfronteiriças. Mas, sem dúvida, uma das maiores responsabilidades dos seus participantes será reposicionar o papel da reforma agrária no novo momento da história regional.

Algo que não se via desde a década de 1970 ocorreu na América Latina entre 2003 e 2007: a economia regional cresceu em média quase 5%. Foram anos de expansão que fizeram disparar uma espiral benigna em diferentes indicadores sociais. Seria ingênuo, porém, considerar que o terreno foi definitivamente aplainado para um ciclo sustentado de crescimento, sem enxergar aí certas linhas de continuidade que o tempo não apagou. A pobreza e a fome articulam esse fio condutor feito de desequilíbrios que unificam o passado e o presente e asseguram à região uma vaga incômoda nos almanaques de avaliação econômica e social. A América Latina é a região mais desigual da Terra e a segunda mais violenta do planeta.

A Cepal estima em 71 milhões o número de indigentes na América Latina. Dentre eles, a FAO aponta para mais de 52 milhões de pessoas encurraladas numa rotina de fome e insegurança alimentar. Populações indígenas -a exemplo dos negros no Brasil- são o principal estuário da desigualdade. Demograficamente dominantes em diversas economias e fortemente associadas à terra na maioria delas, as comunidades nativas têm frágeis laços com a cidadania e com o crescimento. E um padrão de renda entre 45% e 60% inferior à média.

No apogeu da agenda reformista, nos anos 50 e 60, o que se preconizava era garantir o abastecimento alimentar, expandir o mercado interno, redistribuir a riqueza e romper as amarras do poder oligárquico, abrindo espaços econômicos e institucionais para uma industrialização com desenvolvimento soberano. O que parece distinguir a atual equação do desenvolvimento é que, aos desequilíbrios do passado -para os quais a urbanização selvagem e sua contrapartida agrícola não ofereceram respostas adequadas-, vieram adicionar-se novas demandas. De certa forma, elas deslocam a questão agrária para um outro patamar de audiência pública.

E isso muda tudo - A preservação do meio ambiente, a produção da energia renovável, o manejo sustentável de reservas naturais, a demanda por comida saudável e a ocupação planejada do território não são temas que aglutinem apenas os sem-terra, os indígenas, os camponeses ou os agricultores familiares, que formam um terço da população

latino-americana. Seria frívolo, ademais, considerá-los apenas um modismo das elites. A verdade é que a maciça geração de capacidade produtiva no século 20 -e sua contrapartida predatória e poluente- reaproximou por linhas tortas aquilo que nunca esteve separado: a história humana e a história natural, o rural e o urbano. O saldo dessa reconciliação se traduz na busca de ferramentas para redimir o passado e reinventar o futuro.

A elaboração de uma nova agenda agrária é uma delas. O desafio da próxima Conferência Regional da FAO é conferir em que medida a reforma agrária tem respostas a adicionar às demandas revigoradas da sociedade.

Trata-se de avançar num debate retomado em 2006, em Porto Alegre, quando a FAO, com o apoio do governo brasileiro, realizou a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, 27 anos depois da Conferência Mundial de Roma sobre o tema.

Não se trata mais de analisar um instrumento residual de luta contra a pobreza, mas sim de um trunfo precioso num horizonte histórico em acelerado processo de mutação de paradigmas econômicos e valores culturais. O desenvolvimento só poderá ser chamado assim no século 21 se combinar a velha racionalidade econômica com a harmonia social e o equilíbrio ambiental. Trata-se de elevar a taxa de eficiência e o grau de igualdade e ao mesmo tempo obter maior equilíbrio nas relações entre a natureza e civilização, a cidade e o campo. A Conferência Regional da FAO pode dar uma contribuição importante para ampliar esse horizonte ao repor o debate sobre novos modelos de desenvolvimento agrário para o nosso tempo e o nosso continente. ***JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**, 58, é representante regional da FAO para América Latina e Caribe. Foi ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-04).

Incra reconhece equívoco em dados repassados à reportagem da Folha – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 20/02/2008

Informações foram base do texto "SP usa menos da metade de verba para reforma agrária"

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) afirmou, em nota de esclarecimento enviada à **Folha**, que houve equívoco do instituto na informação usada como base para a reportagem "SP usa menos da metade de verba para reforma agrária", publicada pelo jornal no último dia 6.

A reportagem relatou, com base nos números repassados pela assessoria de imprensa do Incra, que, de 2003 a 2007, o governo paulista usou R\$ 26,2 milhões de um total de R\$ 57,4 milhões repassados pelo órgão federal para a compra de áreas devolutas (suspeitas de terem sido griladas no século passado), uma das formas para pôr fim a conflitos agrários na região do Pontal do Paranapanema (oeste de SP).

Ontem, porém, na nota de esclarecimento (leia texto nesta página), o instituto informa que "o funcionário do Incra-SP confundiu os valores previstos no convênio como disponibilizados pelo Incra com os valores financeiros efetivamente repassados à Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), os quais, retificando a informação anterior, somam R\$ 38.073.318,38".

A nota é assinada por Cristina Sato, assessora de Comunicação do Incra em São Paulo.

Consultada ontem pela reportagem, a assessoria de imprensa do Incra informou que o equívoco ocorreu no relatório da prestação de contas do órgão enviado à reportagem. Ainda por meio de sua assessoria, o Incra disse que repassou, de fato, R\$ 38,8 milhões ao governo do Estado de 2003 a 2007, e não R\$ 57,4 milhões, como havia informado anteriormente. Os R\$ 57,4 milhões, na verdade, são o valor total do convênio, segundo a assessoria.

O governo do Estado ainda alega que a verba utilizada no período foi maior que os R\$ 26,2 milhões informados pelo Incra: R\$ 34,4 milhões.

A mania das commodities – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/02/2008

Estoques baixos, procura em alta, crises de produção e interesse financeiro causam nova explosão de preços

O MERCADO MUNDIAL renovou sua mania por commodities nesta semana. No mês de janeiro do pânico financista e do pico trimestral de preocupações com a recessão americana, houve muita gente a dizer que países como o Brasil, que muito dependem da exportação de minerais e agropecuários, sofreriam com a queda mundial da procura por esses produtos. A crise mundial, pois, contaminaria o país por meio de uma deterioração forte da balança comercial. A depender do preço das commodities, por ora isso não parece muito provável.

Sim, trata-se também de um movimento especulativo nos mercados de futuros de metais, grãos etc. Mas a onda financeira em muito reflete a constatação de que não está caindo a procura por comida e por minérios, pelo contrário (basta ver o aumento que a Vale conseguiu para seu ferro).

No caso de grãos e minério de ferro, a demanda superará a oferta por mais um ano. Os estoques dos principais grãos estão em baixas históricas, de 35 ou até 60 anos, a depender do produto. Fatores conjunturais tornam a escassez mais aguda. A persistência do elevado preço do petróleo afeta o preço de muitos produtos agrícolas.

Petróleo caro torna mais competitivo o ineficiente álcool de milho americano. O que reduz o espaço para outras plantações, como trigo e algodão. A demanda chinesa por soja faz os produtores, e não só os americanos, reservarem mais espaço para a oleaginosa. Para piorar, houve quebra na produção de canola na China (do que se faz óleo). Petróleo mais caro também impulsiona o preço do açúcar. O produto andou mal das pernas em 2007 devido à superoferta, mas neste ano subiu 27%. A soja subiu 17%, o trigo, 18%, e o milho, 15%. O otimismo com a safra global de trigo minguou, por ora. Ainda repercutem os problemas climáticos na Austrália, Canadá, EUA e Europa. Argentina e Rússia seguram suas exportações. Os chineses, que lidam com a maior inflação em 11 meses (7% ao ano, 18% só em alimentos) e tiveram sérios problemas com o frio, estão importando mais comida para segurar preços e refazer estoques.

Mas quase todos os produtos da terra estão subindo. Está em alta o cobre, que poderia ser o patinho feio devido à recessão na indústria e na construção civil. Alumínio e zinco pegaram carona. A escassez de energia elétrica e carvão reduziu a produção das minas da China e da África do Sul, dando gás para o preço de vários outros minérios.

Há também fatores financeiros, digamos, a puxar os preços. Os índices de commodities mais importantes do mundo estão em alta de mais ou menos 10% no ano. Na média, o rendimento do Dow Jones-AIG, do UBS Bloomberg e do S&P GSCI supera em quase 20% o do S&P 500, o índice de ações de grandes empresas americanas (aliás, o S&P está no vermelho em quase 8%). Como não se espera grande rentabilidade, se alguma, dos mercados de ações e juros neste ano, as commodities ficam mais interessantes como aplicação financeira.

De resto, a fim de procurar proteção contra a inflação, que é impulsionada justamente pela alta global do preço dos recursos naturais, investidores vários estão comprando commodities, também uma proteção contra a queda do dólar.

Justiça bloqueia bens e quebra sigilo de funcionários do Incra no Pará – Ronaldo Nrasiliense - O Globo – O País – 20/02/2008

BELÉM (PA). A Justiça Federal bloqueou ontem os bens e quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) acusados, pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará, de serem os responsáveis pela criação de 107 assentamentos fantasmas no oeste do estado.

O ex-superintendente do Incra em Santarém Pedro Aquino de Santana está entre os denunciados pela implementação dos projetos ilegais, que ficaram conhecidos como assentamentos de papel e que, segundo o MPF, foram criados para beneficiar madeireiros.

Atendendo a pedido de decisão liminar do MPF em ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada em janeiro, o juiz federal Kepler Gomes Ribeiro também determinou a suspensão da aplicação de R\$ 18,6 milhões destinados à construção de estradas em 15 assentamentos. Na decisão, publicada no último dia 14, Ribeiro informa que vai solicitar à Controladoria Geral da União (CGU) a realização imediata de auditoria

nos processos de criação de assentamentos, cadastro e concessão de créditos a beneficiários da reforma agrária na região.

Segundo o MPF, é aproximadamente do tamanho da Paraíba — 56 mil quilômetros quadrados — a área total destinada pelo Incra de Santarém, entre 2005 e 2007, a projetos criados sem licenciamento ambiental, sem estudos socioeconômicos, algumas vezes sobrepostos a unidades de conservação federais e, em muitos casos, sem beneficiar os clientes da reforma agrária.

De acordo com as investigações do MPF, os projetos de reforma agrária criados pelo Incra na região nesse período se localizavam preferencialmente em áreas de mata virgem, evitando regiões já alteradas pela ação humana, o que significou o assentamento fictício de famílias em porções completamente inacessíveis da floresta amazônica. A explicação para isso, registrada em documentação apreendida pelo MPF, é a ingerência do setor madeireiro no processo de criação dos assentamentos.

Mais de dois milhões de hectares foram destinados ao setor privado dessa forma.

Engenho em Pernambuco é interditado - Letícia Lins – O Globo – O País – 20/02/2008

RECIFE. O Ministério do Trabalho e do Emprego interditou o engenho Vida Nova, em Água Preta, a 130 quilômetros de Recife. O Ministério Público do Trabalho informou que o engenho pertence ao deputado estadual Marco Antônio Barreto (PMN), da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa. A procuradora Maria Auxiliadora de Souza acusou o deputado de manter os empregados em condições desumanas de trabalho.

Estão suspensos o corte e a colheita de cana na propriedade. De acordo com a Procuradoria do Trabalho da 6ª Região, é o primeiro caso de interdição de engenho no Brasil.

As informações foram divulgadas pelo Ministério Público do Trabalho, após inspeção realizada semana passada no engenho, depois de um acidente de ônibus que matou dois lavradores e deixou 31 feridos. O desastre ocorreu no último dia 12 e, segundo a procuradora Maria Auxiliadora de Souza, o coletivo não era adaptado para o transporte e levava número maior de passageiros do que a capacidade, e os mesmos viajavam carregando instrumentos cortantes de trabalho. Pela legislação, foices, facões e enxadas devem ser levados em compartimento isolado.

Junto com auditores fiscais e sindicalistas, a procuradora constatou que os cortadores de cana trabalhavam sem equipamentos exigidos pela lei — botas, chapéu, luvas. Muitos estavam descalços, sujeitos a ferimentos provocados pelas folhas cortantes da cana-de-açúcar.

Eles não possuíam carteira assinada e recebiam remuneração inferior ao estipulado para a categoria nas convenções de trabalho. De acordo com o Ministério Público, os lavradores eram recrutados no município de Joaquim Nabuco, do qual Barreto já foi prefeito.

O deputado informou, por intermédio do seu advogado, que o engenho é do pai dele. No entanto, conforme a Procuradoria do Trabalho, embora o deputado alegue que o engenho está sob responsabilidade do seu pai, na realidade ele era quem levava o dinheiro para um funcionário pagar os lavradores.

Área irregular pode ir para reforma agrária - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 20/02/2008

O governo federal anunciou ontem a primeira medida concreta para inibir a derrubada ilegal da floresta amazônica. Os proprietários de terras com área superior a 320 hectares situadas nos 36 municípios com os maiores índices de desmatamento terão 45 dias para recadastrar suas áreas sob pena de suspensão dos cadastros dos imóveis, proibição de venda das propriedades e da contratação de crédito rural, além do risco de desapropriação das fazendas para fins de reforma agrária ou criação de reservas florestais.

As medidas, anunciadas pelos ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), abrangem 15,4 mil imóveis com área total de 48 milhões de hectares na região. São 19 municípios em Mato Grosso, 12 no Pará, quatro em Rondônia e um no Amazonas. "Não resolve o problema, mas é um insumo para combater o desmatamento", afirmou Cassel. "Vamos usar (as áreas irregulares) para fazer reservas ou a reforma agrária."

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de quem Marina Silva divergiu publicamente em discussões sobre a extensão da devastação da floresta, não participou do anúncio. "Cada ministro está implementando normas em sua área. É uma decisão de governo e não há divergência alguma entre ministérios sobre as medidas", disse a ministra.



A decisão do governo, segundo o ministro Cassel, possibilitará cruzar os dados informados pelos donos de terra com as imagens de satélite da região para identificar os campeões da derrubada. Com isso, explicou ele, devem aparecer as "manchas" e "vazios" de terras griladas ou situadas em áreas indígenas e de reserva legal obrigatória. As fazendas da região só podem ter 20% da área explorada. "Se for terra estadual, avisamos ao Estado. Se for federal, podemos destinar a assentamentos", disse.

O prazo para recadastramento, que deve custar R\$ 2 mil por propriedade, segundo o governo, se estende de 3 de março a 2 de abril. Os pequenos proprietários terão dois anos para recadastrar suas áreas e o próprio governo pagará os custos com a produção de plantas

georreferenciadas e de memoriais descritivos exigidos para as áreas. O custo está estimado em R\$ 50 milhões.

Principal porta-voz dos produtores rurais, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) avalia que o prazo de 45 dias é "insuficiente" para a comprovação da titularidade da posse. "Pelos procedimentos a serem tomados, o produtor precisaria de pelo menos 90 dias", diz o assessor técnico da comissão de Assuntos Fundiários da CNA, Anaximandro Almeida. A época de chuva na região, segundo ele, também deve atrasar o processo. O ministro Cassel rebateu a queixa: "Esse tempo de 45 dias é mais do que suficiente. Isso se faz em uma semana, 15 dias", disse.

O governo acredita que o banco de dados antidevastação deve ficar pronto somente em meados de julho para ser comparado com as imagens de satélite. Só depois disso é que uma medida punitiva poderia ser imposta aos infratores. "Não queremos causar confusão ou transtorno aos produtores, mas saber de quem são os imóveis. Só não vai se recadastrar quem quiser se esconder", disse Cassel.

A ministra Marina Silva explicou o foco em médias e grandes propriedades. "Não podemos tratar diferentes com se fossem iguais. Não há discriminação, mas bom senso. Esta é uma excelente oportunidade para separar o joio do trigo", defendeu. Os donos de pequenas áreas de terras são, segundo ela, responsáveis por "apenas" 18% do desmatamento na Amazônia. "É um corte (acima de 320 hectares) previsto em lei. Não é aleatório", reforçou Cassel. O processo de devastação da Amazônia, segundo ele, foi puxado por madeireiras ilegais, grileiros e pela fronteira agrícola. "Não é preciso ser especialista para saber isso. Ou você já viu um ribeirão com motosserra?", questionou.

As exigências do governo para o cadastramento, que são parte de um decreto presidencial editado em 21 de dezembro de 2007, devem ser publicadas em edital de convocação e notificação nos próximos dias.

Debate discute a reforma agrária na Assembléia – Sítio Eletrônico da CPT – 21/02/2008

Representantes da CPT e de outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Associação Brasileira da Reforma Agrária (Abra) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast) participaram de um debate realizado na Assembléia Legislativa pela Frente Parlamentar pela Reforma Agrária. O objetivo era discutir a situação dos sem-terra na região do Pontal do Paranapanema e a retirada do projeto de lei que visa regularizar áreas supostamente devolutas no local. Segundo a proposta, áreas acima de 500 há serão regularizadas em troca da criação de assentamentos. Ela ainda deve ser analisada pela Assembléia Legislativa de São Paulo, a partir do mês de março deste ano. José Rainha Júnior, do MST, afirmou que as ações do movimento no Pontal, chamada de "Carnaval Vermelho" não acabarão com o fim da data. "Vai ter vermelho enquanto tiver pobre e enquanto tiver um governo desse que pega terra pública e põe na mão de meia dúzia de grileiros. Enquanto tiver terra pública improdutiva vai ter tudo o que você pensar de vermelho".

Fiscalização no Pará acha homem marcado a ferro - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – 21/02/2008

Belém - O fazendeiro Gilberto Andrade terá de pagar R\$ 45 mil de indenização a 35 trabalhadores rurais encontrados, na semana passada, em condições análogas à de escravidão na Fazenda Bonsucesso, em Paragominas, no leste do Pará. Andrade também responderá por danos morais coletivos contra os trabalhadores e poderá ser indiciado se for comprovado seu envolvimento na tortura de um homem que teve rosto, braços e abdome queimados com ferro para marcar gado.

Entre os libertados pelos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PA) havia três adolescentes. Nenhum dos trabalhadores tinha carteira assinada e todos comiam e dormiam em um curral em meio a fezes de animais. Andrade, dono de fazendas também no Maranhão, é reincidente em crimes dessa natureza. Em junho de 2005, foi preso pela Polícia Federal na Fazenda Boa-Fé Caru, em Carutapera (MA), por exploração de trabalhadores.

O homem que foi torturado - cujo nome é mantido em sigilo pela DRT para evitar represálias - fugiu da fazenda em janeiro. “Fui reclamar que não me pagavam o salário atrasado, aí o encarregado me agarrou, chamou dois pistoleiros que me seguravam enquanto ele colocava no meu corpo o ferro quente usado para marcar o gado”, conta a vítima no relatório elaborado pelos fiscais.

O auditor fiscal Raimundo Barbosa da Silva, comandante da operação, disse que as condições do local onde viviam os trabalhadores eram degradantes. Tudo o que a vítima de tortura relatou foi confirmado pela fiscalização. Os libertados contaram que o denunciante não tinha nenhuma marca de cicatriz quando começou a trabalhar na fazenda.

O fazendeiro não foi encontrado no Pará ou no Maranhão para comentar a denúncia.

Stédile dá entrevista ao vivo hoje na TV Estadão – Estado de São Paulo – Nacional – 21/02/2008

A TV Estadão (no site www.estadao.com.br) transmite hoje, a partir das 14 horas, no programa Raio-X, uma entrevista ao vivo com um dos principais dirigentes e pensadores do Movimento dos Sem-Terra (MST), o economista João Pedro Stédile. No estúdio da TV, localizado na Redação do Estado, o líder dos sem-terra será sabatinado por dois repórteres - Fausto Macedo e Roldão Arruda, da editoria de Nacional do jornal.

▪ [Acompanhe o debate ao vivo a partir das 14 horas](#)

Os internautas poderão participar da entrevista, com duração prevista de uma hora. As perguntas deverão ser enviadas por e-mail (debate@estadao.com.br).

Esta será a segunda apresentação do Raio-X, que usa a fórmula de dois entrevistadores e um convidado, sem mediadores. O primeiro programa teve a presença do secretário de Subprefeituras de São Paulo e subsecretário da Regional da Sé, Andrea Matarazzo. Os principais trechos da entrevista serão reproduzidos no domingo pelo Estado.

Stédile tem 53 anos e veio de uma família de pequenos agricultores gaúchos, de origem italiana. Estudou economia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, onde tomou contato com idéias socialistas e propostas de reforma agrária. Foi estimulado pelos padres capuchinhos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 1982, tornou-se o principal articulador da montagem do MST. Hoje, além de dirigente e ativista do movimento, representa no Brasil a Via Campesina - organização internacional de defesa da reforma agrária.

Amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - a quem sempre apoiou nas disputas à Presidência -, Stédile critica o programa de reforma agrária. Na sua opinião, Lula dá mais importância ao agronegócio - que o dirigente do MST considera inimigo da agricultura familiar.

O MST é o movimento mais influente entre os que organizam invasões de terras e acampamentos. Não tem estrutura jurídica, mas recebe verba pública de maneira indireta - por cooperativas que organiza nos assentamentos. Essa verba aumentou na gestão Lula. As principais críticas ao movimento referem-se aos seus métodos. A invasão de terras, afirma-se, viola os direitos dos proprietários e ameaça o avanço da democracia. Indiretamente, mantém a zona rural em permanente tensão.

Sem-terra não têm data para deixar Incra – Estado de São Paulo – Nacional – 22/02/2008

Mais de 200 sem-terra que invadiram anteontem o Incra em Campo Grande (MS) resolveram considerar o local “acampamento por tempo indeterminado”. Para a associação dos servidores, a decisão dos manifestantes é sinal de radicalização. Eles temem ser feitos reféns dos invasores. Os manifestantes se dizem dispostos a fazer todo o possível para evitar a substituição do superintendente Luiz Carlos Bonelli. Outros grupos de sem-terra continuaram ontem realizando bloqueios nas rodovias federais do Estado.

A nova (velha) questão agrária - José Juliano de Carvalho Filho – Valor Econômico – Opinião - 22/02/2008

Os governos Collor, FHC e Lula integraram e entregaram o país ao neoliberalismo, ou seja, aos interesses ligados ao processo de mundialização do capital financeiro. Durante esses governos, a agricultura foi gradativamente integrada à lógica das grandes companhias transnacionais que dominam as principais cadeias do agronegócio global. Foram abertas as

portas da agropecuária nacional ao capital internacional, consolidando-se o processo de concentração, centralização e desnacionalização do capital.

Nos anos 50 e início dos 60, o "debate clássico" sobre a questão agrária brasileira foi marcado por muita controvérsia, em tempos das Reformas de Base. Discutia-se a sociedade brasileira, suas origens e características, bem como o seu futuro e soluções para a crise. As posições em conflito eram muitas e cobriam todo o espectro político, variando desde interpretações marxistas ortodoxas e estruturalistas até a posição conservadora e liberal, baseada na teoria econômica neoclássica. Com o golpe militar em 1964, prevaleceu a última posição e o país passou por um longo tempo de ditadura. O debate foi sufocado e as organizações de trabalhadores foram reprimidas. A política agrícola implantada resultou na chamada "modernização conservadora", com mudanças na base técnica e integração aos mercados internacionais.

A modernização capitalista induzida pelo Estado também provocou um agravamento das desigualdades na distribuição das terras, da renda e do poder. Houve forte processo de expulsão da população rural da "área modernizada" para as cidades e para outras áreas rurais e generalização da violência e do conflito agrário. Os impactos ambientais negativos conseqüentes desse processo foram notáveis e diversificados.

Na segunda metade da década de 70, a discussão reapareceu com a preocupação de explicar a natureza dessas transformações. Contrariando algumas hipóteses, o capital dominara as atividades econômicas no meio rural sem alteração da estrutura agrária.

Naqueles tempos, muitos "decretaram" a caducidade da questão agrária e a inadequação da reforma agrária, prevendo o desaparecimento dos camponeses, que se transformariam em operários ou pequenos empresários. Essa linha de interpretação permanece até hoje, predominando a visão "agronegocista-neoliberal".

As implicações negativas do processo de modernização capitalista no campo, por si só, justificariam a volta da questão agrária ao debate nacional. Todavia, quem de fato o fez foram os sem-terra, que reivindicam o acesso à terra e lutam por direitos sociais. Os camponeses se organizaram, por exemplo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e confrontaram a estrutura agrária, colocando a questão agrária na pauta política nacional.

A luta tem sido dura e desigual para os trabalhadores. Enfrentam os chamados ruralistas, sempre muito influentes no poder, herdeiros da velha direita latifundiária e truculenta, hoje associada ao capital transnacional. É o chamado agronegócio, eufemismo para o atual modelo de desenvolvimento da agropecuária capitalista. Os heróis do presidente aí atuam.

Política oficial é ineficaz para assentados e sem-terra, inócua ao velho latifúndio e funcional aos interesses do agronegócio

A prevalência desse modelo, na ausência de um projeto de nação e de controles públicos adequados, define a questão agrária atual. A nova questão agrária é caracterizada pelo forte agravamento dos velhos efeitos do avanço do capital em detrimento dos trabalhadores e camponeses. As análises das principais cadeias produtivas existentes no país - soja, eucalipto e cana-de-açúcar - comprovam o fato.

Os resultados de diversas pesquisas sobre o setor sucroalcooleiro mostram as seguintes evidências: aumento da concentração fundiária; perda de biodiversidade; redução

das áreas de policultura, avanço da pecuária e da cana-de-açúcar na Amazônia; poluição das águas e da atmosfera.

Além disso, tem o agravamento da exploração da mão de obra; várias situações de trabalho escravo; mortes por exaustão nos canaviais paulistas; redução do emprego agrícola; aumento da morbidade; prejuízo para a segurança alimentar; degradação das condições de saúde e ineficácia das políticas públicas.

Outros fenômenos são a desnacionalização das terras; presença do capital especulativo internacional; acirramento do conflito agrário; organização de milícias armadas a serviço de um latifúndio aliado ao capital nacional e internacional, como no caso da empresa suíça Syngenta Seeds, que foi palco do assassinato de uma liderança do MST no Paraná.

A inoperância do Estado quanto à regulação do agronegócio em áreas de reforma agrária possibilita a subordinação dos assentamentos à lógica econômica das usinas de açúcar e álcool, que destrói o que foi construído pelos trabalhadores. Isso é consequência da decisão de governo de integrar o país, de forma subordinada, à nova divisão internacional do trabalho capitalista. Esta opção significa especialização em produtos primários de baixo valor agregado e implica sujeitar o meio rural brasileiro aos interesses de poucas e enormes companhias transnacionais.

A política agrária oficial tem apenas cumprido o seu papel subalterno à política econômica, mostrando-se tímida e ineficaz para os sem-terra e assentados de reforma agrária, inócua ao velho latifúndio e funcional aos interesses do agronegócio. O Poder Judiciário não destoa e, em geral, pende para proteção dos mais ricos e poderosos, condenando os pobres e criminalizando suas lideranças.

Do lado do capital, não existe no campo questão a resolver que lhe dificulte a acumulação. Ao contrário, para as populações exploradas, a questão existe. No mundo gerado pelo capitalismo financeiro, marcadamente aqui na periferia subordinada do sistema global, não há lugar para a grande maioria dessas pessoas - são consideradas meras sobras do progresso capitalista. Para elas, no entanto, a questão agrária é real e significa sobrevivência e, por isso, resistem. ***José Juliano de Carvalho Filho é economista, professor aposentado da FEA-USP. É diretor da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e integrou a equipe que elaborou a proposta do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária para o governo Lula, em 2003.**

Aliados nos EUA atacam 'criminalização' do MST - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo – Nacional – 23/02/2008

Acionado pela Via Campesina, o ‘Friends of MST’ ou ‘Amigos do MST’ faz alerta internacional contra impunidade e pela saída da Syngenta do Brasil

Estimulada pela Via Campesina, a Friends of the MST (FMST) - “Amigos do MST” em inglês, organização que arregimenta apoio e doações internacionais ao Movimento dos Sem-Terra, sobretudo nos Estados Unidos - lançou campanha internacional contra a “criminalização dos ativistas”. Cobra, ainda, punição pela morte do militante Valmir Motta de Oliveira, o Keno, e ataca as ações da multinacional do agronegócio Syngenta no Brasil.

Em 21 de outubro, Keno e um segurança contratado pela Syngenta morreram baleados e oito sem-terra ficaram feridos, em confronto na fazenda experimental Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR), a 530 quilômetros de Curitiba. Quatro seguranças e dois sem-terra respondem a processo, em liberdade, pelas mortes.

Em apelo veiculado no site em inglês do MST (www.mstbrazil.org), o coordenador do FMST nos Estados Unidos, Patrick Quirk, alerta para a “extrema violência” usada pela NF Segurança, que vigiava a fazenda. Ele pede que aliados do “Brazil’s Landless Workers Movement” enviem cartas à Syngenta e à Embaixada da Suíça - onde fica a sede da transnacional.

“É essencial continuar a pressionar a Syngenta a dispensar as milícias armadas que financia”, diz Quirk. “Sua atitude é crucial para pôr fim à injustiça e à impunidade no campo no Brasil. Aja agora!” Para o líder paranaense do MST Roberto Baggio, a morte de Keno foi a “a ação mais violenta e bárbara dos últimos anos”, “um massacre”. Ele diz que MST, Via Campesina e outros movimentos se uniram para pressionar a Syngenta a “abandonar” o Brasil.

Patrocinadora de uma cruzada contra o agronegócio, A Via Campesina acionou militantes de movimentos sociais e direitos humanos mundo afora - Coréia, Timor Leste, Congo, Espanha, Canadá e Croácia, por exemplo - para enviar cartas à Syngenta e ao governo suíço.

INVESTIGAÇÃO - O inquérito policial só culpou seguranças pelas mortes, mas o Ministério Público acusou dois sem-terra. “Somos vítimas da violência e o Ministério Público quer nos transformar em réus”, reagiu Baggio. Para ele, houve um “ataque premeditado, com objetivo de matar”. O líder vê uma tentativa de “criminalizar a luta dos camponeses” e acusa a Syngenta de atuar ilegalmente e promover a violência.

Por nota, a Syngenta afirmou que o contrato com a NF “trazia cláusula expressa de vigilância não armada”. “A Syngenta condena qualquer tipo de violência e lamenta profundamente os trágicos eventos”, destaca. A empresa informa, por fim, que “sempre contou com todas as licenças” e “sempre respeitou a lei e as instituições brasileiras”. Procurados, os promotores do caso estavam fora de Cascavel, por licença médica e férias.

Stedile vê 'contra-reforma agrária' no País - Roldão Arruda e Fausto Macedo – Estado de São Paulo – Nacional – 24/02/2008

Para dirigente do MST, concentração de propriedade aumentou no governo Lula, que não mostrou avanços

Após seis anos de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não cumpriu sua promessa de pôr em andamento uma ampla reforma agrária. Pelo contrário, houve um retrocesso: a propriedade da terra ficou mais concentrada no seu governo. Essa é

a opinião de João Pedro Stedile, ideólogo e dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) e amigo de Lula, a quem apoiou em todas as campanhas eleitorais.

Em entrevista ao Estado, transmitida ao vivo pela TV Estadão na internet, na quinta-feira, o dirigente do MST voltou a defender as invasões de terras e disse que qualquer propriedade com mais de mil hectares está sob suspeição. A seguir, os principais trechos da entrevista - que pode ser vista na íntegra no site www.estadao.com.br.

INVASÃO DE FAZENDAS - “A terra é um bem da natureza. Não é fruto do trabalho de ninguém. Eu duvido que algum fazendeiro com mais de mil hectares prove que comprou aquela terra pelo seu trabalho, porque isso é impossível. Todas as grandes propriedades do Brasil não foram originárias do trabalho. Ou são apropriação de terra pública, ou grilagem, ou compra fajuta ou expulsão de posseiro.”

PROPRIEDADE - “A terra deve ser de todos, não do capitalista. Não é uma propriedade absoluta. A Constituição brasileira estabelece que pesa sobre a terra uma função social, que é a produção de alimentos, a garantia de trabalho, o respeito ao meio ambiente. Ninguém pode fazer o que quiser com a terra - porque ela pertence à sociedade.”

GOVERNO LULA - “Os movimentos sociais e a esquerda brasileira passaram 20 anos idealizando que bastava o Lula chegar ao poder para que os problemas fossem resolvidos. Assumo a autocrítica. Fiz parte dessa geração que se iludiu. Agora caiu a ficha. Não basta o homem nem o partido. Para que um governo seja popular é necessário que as forças organizadas do povo exerçam pressão sobre o Estado e exerçam o governo de fato.”

REFORMA AGRÁRIA - “Nesse campo o governo Lula não avançou nada. Porque reforma agrária acontece quando são tomadas medidas de Estado que democratizem a propriedade da terra. Temos dados que mostram o contrário: nos últimos seis anos aumentou a concentração da propriedade agrária. O que está em curso no Brasil é uma contra-reforma.”

ENCONTRO COM LULA - “Ele nos ouviu durante duas horas e no final disse que iria encaminhar nossas reclamações aos ministros. Eu disse a ele para tomar cuidado com o milho transgênico, que só interessa à Monsanto e à Bayer. Se aprovar, eu disse, você vai entrar para a história como puxa-saco das multinacionais.”

ASSENTAMENTOS - “Existem alguns assentamentos que nos envergonham. Mas na grande maioria ninguém mais passa fome, todo mundo tem escola, há trabalho para todos.”

'O Bolsa-Família gerou apatia', reclama líder – Estado de São Paulo – Nacional – 24/02/2008

Stedile diz que MST esperava que o governo Lula fosse animar o povo, mas isso não ocorreu

Na entrevista transmitida pela TV Estadão, João Pedro Stedile também falou sobre o programa Bolsa-Família e as crescentes dificuldades que os movimentos sociais encontram para arregimentar pessoas.

ESPERANÇA FRUSTRADA - “Nós do MST tínhamos esperanças de que o governo Lula fosse animar as massas. Mas aí nos demos conta de que os ciclos da luta de classes não dependem do governo.”

OS CICLOS DA LUTA - “Cada vez que um partido de esquerda ganha as eleições, é como parte do acúmulo de forças populares. E onde isso acontece é gerado um clima de maior agitação social, maior mobilização. Mas isso não aconteceu aqui. Por quê? Porque Lula ganhou no refluxo do movimento de massa. Na história recente da luta de classes no Brasil, tivemos vários ciclos. O primeiro foi de 1900 a 1935, quando se perdeu a luta. Houve então um refluxo, que durou até 1945, quando o movimento de massas tornou a ascender. Esse movimento durou até 1964, quando ocorreu uma disputa de projetos, na qual perdemos para a ditadura. Veio novo descenso, até 1979, quando a crise industrial no País resultou no ressurgimento da CUT, no nascimento do PT, do MST. Isso durou até 1990. A derrota do Lula para o Collor não foi uma derrota eleitoral - foi a derrota de um projeto. O neoliberalismo e a burguesia derrotaram a classe operária brasileira, produzindo o refluxo no qual estamos até hoje.”

APATIA - “O Bolsa-Família atende 20% dos mais pobres. Resolve um problema social, porque essas famílias estavam na miséria absoluta; mas, de certa forma, também acomoda essas famílias. O programa gerou apatia nas famílias pobres. Deveria ser um programa transitório, combinado com outro programa, que levasse empregos.”

JOSÉ RAINHA - “Ele chegou a ser da direção nacional do MST. Mas começou a trilhar um caminho que não respeitava mais as instâncias às quais estava vinculado. Optou pelo auto-afastamento e foi constituindo seu próprio grupo no Pontal do Paranapanema. É um líder de massas.”

MONOCULTURA - “O monocultivo do eucalipto e da cana pode dar muito lucro para o seu dono, mas não cumpre a função social da terra. Não gera emprego, agride o meio ambiente e exaure os recursos naturais. Por causa disso pode ser desapropriado.”

Assentamentos são responsáveis por derrubada de 500 mil hectares no PA – O Globo – O País – 24/02/2008

BELÉM - Os 896 projetos de assentamento de trabalhadores rurais implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Pará foram responsáveis pela derrubada de uma área superior a 500 mil hectares de floresta em 2007. O próprio governo federal, ao bancar os assentamentos e liberar crédito bancário e incentivo fiscal para os assentados, contribui para o aumento dos desmatamentos na floresta amazônica.

Relatório feito pela Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa) e enviado semana passada aos ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Marina Silva, do Meio Ambiente, acusa o governo federal de pagar do próprio bolso os desmatamentos na Amazônia e de buscar na pecuária e no agronegócio os bodes expiatórios para o fracasso em suas políticas de conter a devastação.

Segundo o presidente da Faepa, Carlos Xavier, cada assentado pelo Incra tem assegurado, por meio de instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o direito de desmatar, por ano, até três hectares da propriedade. Um módulo rural do Incra na Amazônia é, em média, de 100 hectares. Ao longo dos últimos cinco anos, somente os assentamentos oficiais podem ter desmatado uma área de 2,5 milhões de hectares.

— Se multiplicarmos os números, veremos que grande parte do desmatamento anual é financiado com recursos do governo federal, por meio do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil — diz Xavier.

O presidente da Faepa aponta a responsabilidade do governo federal sobre parte do desmatamento registrado no Pará: — Boa parte da responsabilidade pela má gestão dos territórios de floresta no Estado do Pará é da União, uma vez que mais de 70% das terras paraenses pertencem ao governo federal.

Procurador quer radiografia de projetos de reforma agrária O procurador-chefe da República no Pará, Felício Pontes Junior, vai pedir a realização de auditoria nesses projetos de assentamento. A idéia é traçar radiografia dos projetos de reforma agrária na Amazônia, que nos últimos anos têm sido palco de fraudes e irregularidades.

— Os assentamentos do Incra estão sendo criados para beneficiar madeireiros e não para garantir a reforma agrária — diz o procurador Pontes Junior.

A maior de todas as fraudes envolvendo assentamentos do Incra foi descoberta no ano passado em Santarém, no oeste do Pará, onde o Ministério Público Federal (MPF) denunciou 107 projetos de assentamentos “fantasmas”.

Na quarta-feira passada, a Justiça Federal bloqueou os bens e quebrou os sigilos bancários, fiscais e telefônicos de 18 servidores do Incra acusados pelo MPF no Pará de serem os responsáveis pela fraude.

As fraudes nos assentamentos no oeste do Pará atingiram uma área de 56 mil quilômetros quadrados — um território do tamanho do Estado da Paraíba — com projetos criados entre 2005 e 2007 sem licenciamento ambiental, sem estudos socioeconômicos e, algumas vezes, em áreas sobrepostas às de unidades de conservação federais.

Na ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada em janeiro passado pelo MPF, o juiz federal Kepler Gomes Ribeiro determinou ainda a suspensão da aplicação de R\$ 18,6 milhões destinados à construção de estradas em 15 assentamentos.

Na decisão, Ribeiro informa que vai solicitar à Controladoria Geral da União (CGU) a realização imediata de auditoria nos processos de criação de assentamentos, cadastro e concessão de créditos a beneficiários da reforma agrária na área.

Juiz determina suspensão de aplicação de recursos Entre os denunciados pela implantação dos projetos de falsos assentamentos está o próprio ex-superintendente do Incra em Santarém Pedro Aquino de Santana.

Essas áreas, segundo o MPF, foram criadas única e exclusivamente com o objetivo de beneficiar madeireiros.

As investigações comandadas por procuradores da República em Santarém comprovaram que os projetos de reforma agrária criados pelo Incra no oeste do Pará se localizavam em áreas de mata virgem, evitando regiões já alteradas pela ação humana, o que significou o assentamento fictício de famílias em porções totalmente inacessíveis da floresta amazônica.

Criação de lotes teria ingerência de madeireiros – O Globo – O País – 24/02/2008

O MPF também encontrou provas cabais de que há a ingerência do setor madeireiro no processo de criação dos assentamentos do Incra. Mais de dois milhões de hectares de floresta foram destinados ao setor privado dessa forma.

Foi calculado pelo Ministério Público Federal o potencial econômico dos assentamentos, que, na verdade, serviriam para a exploração madeireira. Para isso, usou-se como referência a área total manejável dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) criados na região. A Justiça vai solicitar à Receita Federal dados bancários de todos os denunciados, de 2004 até hoje.

Procurada pelo GLOBO, a superintendência do Incra no Pará não quis se pronunciar sobre as fraudes em Santarém.

A superintendência recorreu contra a liminar da Justiça Federal que interditou os projetos de assentamento criados desde 2005 no oeste do estado.

Já o Ministério de Desenvolvimento Agrário informou, por meio de sua assessoria, que não instauraria qualquer procedimento investigativo sobre as supostas irregularidades .

Assentados exploram madeira ilegal em MT – Evandro Éboli – O Globo – O País – 26/02/2008

SINOP (MT). Os assentados da reforma agrária no norte de Mato Grosso estão entre os principais exploradores de madeira ilegal na região. Na Operação Rastro Verde, realizada pelos fiscais do Ibama em Sinop (MT), dos 27 caminhões apreendidos desde meados de janeiro, 18 (66% do total) saíram carregados dos assentamentos Mercedes I, Mercedes II e Mercedes V, entre Sinop e Tabaporã. O Ibama de Sinop informou que enviou ofício ao Incra solicitando o nome dos assentados donos dos lotes de onde foram extraídas as toras. Segundo fiscais, até agora o Incra não forneceu a relação.

A madeira extraída dos assentamentos é vendida, a preços mais baixos que os de mercado, para pequenos caminhoneiros que sobrevivem dessa atividade ilegal. Os assentados derrubam árvores sem apresentar plano de manejo, e por isso deverão ser multados pelo Ibama. Sem recursos para comprar trator e outros materiais para o desmatamento, os assentados alugam veículos e equipamentos para fazer a derrubada.

Como não há documento que autoriza nem a retirada e nem o transporte da madeira, os caminhoneiros cruzam as estradas da região de madrugada para fugir da fiscalização.

Eles vendem as toras para madeireiras e serrarias. Procurado, o Incra, em Brasília, informou não ter localizado dirigentes da superintendência do órgão em Cuiabá para falar sobre o assunto. Todos estariam participando de uma teleconferência.

Enquanto a Polícia Federal não chega a Sinop para iniciar a Operação Arco de Fogo, fiscais do Ibama voltaram a fazer ontem novas ações e apreenderam dois caminhões do tipo bi-trem — com duas grandes carrocerias — lotados de ripas de madeira extraída sem autorização, em Sinop. São dois caminhões da marca Volvo, que seguiam para o Triângulo Mineiro.

Os veículos são novos. Um deles está com apenas 2,7 mil quilômetros rodados. O valor estimado do caminhão é de R\$ 380 mil. O outro, um Volvo 2006, custa R\$ 340 mil. Cada caminhão carregava 50 metros cúbicos de madeira, carga estimada, ao todo, em R\$ 50 mil.

"Territórios" não substitui reforma agrária – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008

A redução da pobreza e da miséria é o foco do programa Territórios da Cidadania, lançado pelo executivo nesta segunda-feira (25/2). Por meio do programa, 19 ministérios irão desenvolver mais de 130 ações para tentar erradicar a pobreza em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os 30 dos 60 primeiros territórios que o projeto irá atender em 2008 já foram mapeados, este grupo inclui aproximadamente 475 municípios. Essas cidades possuem um número expressivo de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas, além de famílias de pescadores e agricultores familiares.

O governo espera atender mais de 38 milhões de pessoas, sendo que quase meio milhão seria de assentados da reforma agrária. Para a integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Brasília (DF), Marina dos Santos, a intenção do governo é válida, porém, essas ações não irão substituir os elementos centrais necessários para a realização da reforma agrária, responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária (Incra).

Entre eles, Marina destaca a atualização dos índices de produtividade, que definem a desapropriação ou não de propriedades rurais e a definição das terras que serão desapropriadas. Ela destaca que o MST continuará pressionando o governo para que essas ações sejam efetivadas em 2008.

Área de 1.329 hectares no Pontal é pública, diz STJ - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 27/02/2008

Fazendeiros ainda podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal, mas decisão foi festejada pela Procuradoria-Geral do Estado e Itesp

O governo de São Paulo anunciou ontem uma importante vitória judicial na disputa por terras na região do Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime de sua 2ª Turma, considerou como devoluta (terra pública, de propriedade do Estado) uma área de 1.329 hectares, que engloba várias fazendas, no município de Presidente Venceslau.

A disputa entre o Estado e os ocupantes da área se prolonga desde a década de 80 e não está concluída - os fazendeiros ainda podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do STJ foi comemorada, no entanto, pela Procuradoria-Geral do Estado e pelo Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), por ter sido tomada pela unanimidade dos ministros e porque se baseou num estudo técnico sobre a história dos títulos de propriedade rural na região.

A esperança dos representantes do governo é que a decisão influencie outros processos que correm na Justiça a respeito de terras do Pontal. No total, entre diferentes tipos de ação, envolvendo desde juizados de primeira instância até o Supremo, o Estado reivindica 250 mil hectares na região, uma das mais conflituosas do País.

A votação no STJ ocorreu em dezembro. Mas a ementa só foi divulgada há poucos dias; e o acórdão ainda aguarda publicação. Depois que o caso for julgado em todas as instâncias, o governo entrará com outra ação, para se apossar da terra - e só ao final dele iniciará os assentamentos. Pelas estimativas do Itesp, 60 famílias podem ser assentadas nos 1.329 hectares.

FRAUDE - A ação discriminatória - que é o nome dado a um tipo de ação judicial para separar terras públicas das particulares - teve início nos anos 80. Mas em 1988 um incêndio no fórum de Presidente Venceslau destruiu todos os seus autos - o que obrigou o Estado a recomeçar do zero. Já na primeira instância a Justiça definiu a área como terra devoluta. Os proprietários recorreram ao Tribunal de Justiça, que manteve a decisão. E, agora, o STJ a confirmou.

A Procuradoria do Estado argumentou que os títulos de propriedade da área são baseados num registro paroquial datado de 1856, cujo texto e assinatura teriam sido fraudados, de acordo com perícias judiciais.

O diretor-executivo do Itesp, advogado Gustavo Ungaro, elogiou a decisão do STJ. Ele ressaltou que “a solução dos históricos conflitos no Pontal passa pela conclusão das ações judiciais”. Ungaro disse ainda que se trata de uma “vitória da cidadania”.

Considerando que o documento de 1856, no qual se baseia a cadeia dominial das propriedades, foi fraudado, o ministro Herman Benjamin, cujo voto conduziu o julgamento no STJ, concluiu: “Uma certidão em que a letra e a assinatura não pertencem a quem se faz supor é, para todos os fins, documento inexistente.”

Tentativa de invasão termina com 8 feridos a bala em Alagoas - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 28/02/2008

Oito trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) foram feridos na manhã de ontem, durante a invasão à Fazenda Lagoa Comprida, no município de Piranhas, a 280 quilômetros de Maceió (AL).

A propriedade vem sendo negociada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fins de reforma agrária, mas, com a demora do processo, os sem-terra decidiram invadi-la.

De acordo com o ouvidor agrário estadual, Marcos Bezerra, o processo de desapropriação da área está bastante adiantado. No ano passado, os trabalhadores rurais ocuparam a propriedade e foram convencidos, após negociação com representantes do Incra de Alagoas, a deixar a fazenda. Eles instalaram, então, um acampamento na região.

No começo da manhã de ontem, aproximadamente 40 famílias de sem-terra tentaram reocupar a propriedade e foram recebidas a tiros por 12 funcionários do fazendeiro Jorge Fortes, que acabou preso pela Polícia Civil na delegacia local. Além de policiais civis, militares também estiveram no local para ajudar a conter o conflito. O clima, no entanto, ainda é tenso na região.

Dos oito trabalhadores rurais feridos na tentativa de invasão, um deles foi encaminhado em estado grave para a Unidade do Agreste, na cidade de Arapiraca, onde continua internado. A identidade dos sem-terra não foi divulgada.

PRESSA - O ouvidor agrário estadual, Marcos Bezerra, disse que a superintendência do Incra em Alagoas entrou em contato com as autoridades oficiais para pedir celeridade no processo de desapropriação da área. O confronto entre os funcionários da fazenda e os sem-terra deve ser informado à Ouvidoria Agrária Nacional, para que providências sejam tomadas.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Alagoas é o Estado que mais registra conflitos agrários, no Nordeste, com 22 casos de agressões físicas. No ranking nacional, é o quinto com mais problemas.

Política para Pontal é dúbia, acusa UDR - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/02/2008

Líder ruralista diz que ambigüidade do governo paulista dificulta solução de conflitos

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, acusou ontem o governo de São Paulo de não ter uma política definida para a solução dos conflitos de terra na região do Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado. “O governo usa duas linguagens diferentes”, disse.

Nabhan afirmou que, enquanto de um lado o governador José Serra (PSDB) acena com a possibilidade um acordo com os proprietários rurais, por meio do projeto de lei que apresentou recentemente à Assembléia Legislativa; do outro, o Instituto de Terras do Estado (Itesp) acirra as disputas judiciais e comemora decisões contrárias aos ruralistas.

“Estranhei a comemoração do Itesp diante da decisão do STJ”, disse o representante ruralista. Ele se referia à reportagem publicada ontem pelo Estado, relatando que Superior Tribunal de Justiça considerou devoluta uma área de 1.329 hectares no Pontal.

De acordo com o presidente do Itesp, Gustavo Ungaro, isso pode significar um precedente positivo para outros processos. No momento, o governo pleiteia na Justiça cerca de 50 mil hectares de terras, que seriam públicas, ou devolutas.

O Pontal abrange uma área de aproximadamente 2 milhões de hectares. Parte disso - cerca de 250 mil hectares, segundo a UDR - tem sido objeto de disputas judiciais, por causa de dúvidas quanto à legalidade dos títulos de propriedade.

Animados por essas dúvidas, os sem-terra transformaram a região numa área de conflitos, exigindo a retomada das terras consideradas públicas para a reforma agrária, como determina a lei. Neste ano, Serra encaminhou à Assembléia um projeto que permite a legalização definitiva dos títulos das áreas com mais de 500 hectares. Em troca, os fazendeiros devem doar parte da área para a reforma.

O projeto recebeu críticas dos partidos oposicionistas, especialmente o PT, e também de fazendeiros. Estes consideram exageradas as fatias de terra cobradas pelo governo.

Para Nabhan, o projeto é positivo: “É o melhor caminho para pôr fim à polêmica jurídica que paralisa o Pontal. Por isso não entendo que, no mesmo governo, o presidente do Itesp comemore a decisão do STJ, que se baseia numa discussão absurda em torno de uma assinatura, num documento de 1856, e que nem é definitiva.”

De fato, os ocupantes das áreas atingidas pela decisão do tribunal ainda podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). “Eles têm chances de derrubar a decisão, graças a um trunfo que acabamos de descobrir: uma sentença prolatada em 1927 no Fórum

da Comarca de Presidente Prudente, pelo juiz João Martins, que reconheceu como pertencente a particulares a maioria das terras do Pontal.”

Nabhan diz que o governo não recorreu na época e agora, passados quase 80 anos, pretende rever tudo. “Querem expulsar os colonizadores, as famílias que pagaram pelas terras, para entregá-las aos invasores.”

Para Nabhan, se prevalecer a decisão do STJ, o governo terá de pagar as benfeitorias realizadas nas propriedades, que, segundo ele, representam 70% de seu valor: “E aí, os filhos dos antigos desbravadores irão comprar terras em outros Estados, ou em outros países.”

Só 4% do território da Amazônia Legal é regularizado, revela estudo - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008

São ignorados os donos de 1,58 milhão de km², área equivalente à Alemanha, Espanha, França, Hungria e Rep. Checa

Quase um terço das terras da Amazônia Legal está em situação irregular ou indefinida. Por outro lado, apenas 4% da área é composta por propriedades particulares devidamente regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

[Mais informações sobre desmatamento na Amazônia](#)

Segundo um estudo feito pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ONG com sede em Belém (PA), 31% do território da Amazônia é supostamente privado sem validação de cadastro - o que, na prática, significa que ainda não se sabe a quem pertence e a que se presta. A destinação é incerta em 1,58 milhão de km², espaço equivalente à soma das áreas de cinco países: Alemanha, Espanha, França, Hungria e República Checa. Nesse índice, estão incluídos os posseiros (7,6% da Amazônia Legal ou cerca de 400 mil km²), os processos em trâmite e sem informação (10,7% ou 560 mil km²) e aqueles arquivados por falta de validação do documento (3,9% ou 206 mil km²).

“Partimos da seguinte pergunta: quem é o dono da Amazônia? A resposta é que a gente não sabe direito”, diz o principal autor do estudo, o pesquisador do Imazon Paulo Barreto. O trabalho é baseado em dados do próprio Incra e entrevistas com funcionários de órgãos públicos e produtores.

As incertezas sobre a propriedade da terra são um dos motores que impulsionam atividades ilegais nos setores de extração de madeira e na produção agropecuária, pois estimulam a impunidade. Em reconhecimento ao problema, o governo federal chamou, em janeiro, os proprietários dos 36 municípios amazônicos que mais desmataram em 2007 para se recadastrarem no Incra.

O instituto já realizou uma série de pedidos desse tipo. A partir de 2001, exigiu o georreferenciamento com área superior a 100 km². Os problemas remetem ao governo militar, que sob o lema “integrar para não entregar” promoveu a interiorização com a promessa de grandes extensões de terras para imigrantes - sem, contudo, regularizar a situação. Desde então, sucessivas administrações públicas passaram sem que a questão fosse atacada de fato.

“Talvez esse seja o pior problema da Amazônia; o resto é consequência. Quando se puxa o novelo, a questão fundiária sempre aparece. De vez em quando esbarramos até em sesmaria”, diz o procurador da República em Belém, Felício Pontes Júnior. “Todo tipo de fraude fundiária existe aqui. É uma área muito grande que não recebeu a devida atenção.”

Segundo o procurador, o Incra não tem capacidade de levar adiante o trabalho a partir do recadastramento. Ele lembra, por exemplo, da tentativa de regularizar a situação fundiária ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), dentro do projeto do que seria o primeiro distrito florestal sustentável do Brasil. “Uma denúncia feita pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) mostrava que havia processos acumulados até no banheiro da superintendência do Incra”, diz Felício.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, concorda com as conclusões do estudo e ainda lembra que as informações sobre as propriedades são declaratórias. “O sentido e as conclusões estão corretas”, afirma. “O País até hoje não fez a regularização fundiária, o que é terra pública e privada e qual é sua destinação. Não sabemos o quanto há de ilegalidade. Os números que você vê por aí são chute.”

Hackbart concorda que a falta de cuidado é uma das causas do caos fundiário que a Amazônia vive e ainda destaca o desaparecimento do instituto. “O Incra está sucateado e, desde 2003, temos trabalhado em sua recuperação. Mas falta muito ainda. Reconhecemos as falhas e estamos trabalhando para resolvê-las.”

IMAGEM DESFOCADA - Barreto é o primeiro a dizer que seu trabalho ajuda a mapear alguns dos problemas fundiários, mas que está longe de ser um raio X fidedigno e definitivo da situação. “Pela ordem de grandeza da Amazônia, o nível de incerteza é bastante alto”, diz.

É por isso que ele usa a palavra “supostamente” ao falar de suas conclusões. Entre os 31% de propriedades em situação irregular ou indefinida, ele não tem informações sobre uma grande parcela (26% desta área), pois se referem a áreas pequenas, de até 50 km².

Outro exemplo é a situação das áreas protegidas: entre unidades de conservação e terras indígenas, elas chegam a 41% da Amazônia Legal, ou 1,58 milhão de km². Barreto calcula que entre 70 mil e 100 mil km² dependem de regularização. “Existem várias posses dentro delas, algumas com gente dentro. Se não for resolvido logo, o desenho da área protegida pode ter de ser revisto daqui a dez anos”, diz.

Manoel possui 50 hectares e nenhum documento - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008

Tailândia (PA) - Em 1992, o lavrador Manoel Santana Pina, então com 39 anos, ocupou um pedaço de terra numa área conhecida por Serra Negra, em Tailândia, a cerca de 3 km da PA-150, que liga Belém ao sul do Pará. Em 2000, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apareceu por lá para regularizar as terras e distribuí-las aos posseiros. Foi feito então o Assentamento Serra Negra. Manoel ganhou 50 hectares. Mas nunca recebeu documentos do Incra.

Hoje com 55 anos, Manoel continua esquecido. Sem a documentação, analfabeto, tem dificuldades para pedir financiamento. Uma vez, não se lembra mais quando, conseguiu algo em torno de R\$ 2 mil do Fundo Constitucional do Norte (FCN), dado a posseiros. A dívida cresceu. “Lutei até dar conta de pagar. Hoje não devo nada”, disse ele. “Gostaria de fazer novo financiamento, agora para comprar algum gadinho, porque pasto eu tenho, mas não sei como.” Como eles não têm documentação nenhuma, até hoje sua mulher, Josefa Rios Pina, de 57 anos, não conseguiu encaminhar a papelada para pedir aposentadoria.

DIA DE TRAPALHADAS - Ontem, os fiscais do Ibama não encontraram nem rastro de uma imensa carga de madeira que estava escondida além da margem esquerda do Rio Moju, a cerca de 30 km do centro de Tailândia. Quando o helicóptero do Ibama sobrevoou a área, os agentes perceberam que não havia mais nada lá. Na semana passada, as autoridades do governo avaliaram que madeireiros tinham escondido no local pelo menos 5 mil metros cúbicos, carga que encheria 250 caminhões. A busca infrutífera atrás da madeira fez o Ibama e seus parceiros de operação perderem mais de duas horas.

O comboio seguiu em frente até encontrar a empresa Madeflora. Mas não havia ninguém responsável no local. Houve nova espera, até que chegasse o gerente e a ele fossem pedidos documentos. “Parece que estamos participando de gravação para as videocassetadas”, disse um policial federal, referindo-se a uma parte do programa Domingão do Faustão, exibido pela TV Globo aos domingos.

Força-tarefa liberta 61 trabalhadores em condição degradante – Thiago Reies e Silvia Freire – Folha de SãoPaulo – Brasil – 28/02/2008

Grupo foi encontrado em usina de Alagoas que pertence a João Lyra (PTB), candidato derrotado ao governo do Estado - Fiscais dizem haver, entre as irregularidades, jornadas longas de trabalho, falta de água potável e alojamentos em condições insalubres

Força-tarefa formada pelo Ministério Público do Trabalho e pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho libertou 61 trabalhadores em condições degradantes de uma das propriedades de João Lyra (PTB), um dos maiores usineiros do país e candidato derrotado em 2006 ao governo de Alagoas .

A usina de cana Laginha, em União dos Palmares (AL), fica perto de onde foi formado o Quilombo dos Palmares -símbolo de resistência à escravidão. Os fiscais do ministério disseram ter encontrado várias irregularidades durante a operação, ocorrida na última sexta.

Segundo eles, além do expediente exaustivo, os trabalhadores não recebiam hora-extra e viviam em alojamentos em condições insalubres. Os cortadores de cana que não viviam nos alojamentos da usina não tinham equipamentos de segurança -ou, quando tinham, eram velhos e inadequados.

Os fiscais afirmaram que os quartos não possuíam janelas, deixando o ambiente com temperatura acima de 40C.

Além disso, disseram que a empresa não fornecia água potável. "A água fornecida aos cortadores de cana era armazenada e manuseada sem higiene. Tenho certeza de que o dono da usina não tomaria água daquele local", afirmou Dercides da Silva, auditor do Trabalho que participou da operação.

Os trabalhadores libertados disseram aos fiscais que o local "parecia uma cadeia". Segundo o Ministério do Trabalho, esta é a primeira vez que há libertação de trabalhadores em Alagoas desde a criação do grupo móvel, em 1995.

Em 2007, mais da metade das libertações de trabalhadores em condições degradantes no Brasil ocorreu em usinas de cana-de-açúcar. Foram 3.117 pessoas resgatadas no setor.

O procurador do Trabalho Rodrigo Alencar disse que foi protocolada na Justiça uma ação cautelar pedindo a interdição da usina até que sejam atendidas as normas de saúde e segurança. Afirmou também que será proposta ação civil pública por dano moral coletivo contra o proprietário.

O ex-senador e ex-deputado federal declarou à Justiça Eleitoral ter R\$ 236 milhões - um dos maiores patrimônios entre os políticos que disputaram cargos naquele ano.

Nove sem-terra são baleados em Alagoas – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008

Nove integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram baleados na manhã de ontem quando tentavam invadir uma fazenda na região de Piranhas (AL), segundo a Polícia Civil. O fazendeiro Jorge Gonçalves, apontado como dono da propriedade, foi preso em flagrante e autuado por tentativa de homicídio.

Conforme relato do policial civil Gildate Moraes Sobrinho, os sem-terra disseram que, ao descer de um caminhão na fazenda Lagoa Comprida, foram recebidos a tiros por um grupo de 12 homens.

Das nove vítimas, duas estão em estado grave e foram encaminhadas a hospitais da região. Uma delas foi baleada na cabeça.

Os homens apontados pelos sem-terra como pistoleiros fugiram. O MST diz que a fazenda é uma área improdutiva.

O advogado do fazendeiro, Lenilson de Santana, negou que seu cliente tenha dado ordem para que fossem disparados tiros. Segundo ele, Gonçalves foi agredido pelos sem-terra antes dos tiros, que foram disparados por um funcionário da fazenda e por um colega do fazendeiro, "em legítima defesa".

Operação busca no Pará mil toras de madeira estocadas ilegalmente – Ronaldo Brasiliense e Evandro Éboli – O Globo – O País – 28/02/2008

A Operação Arco de Fogo, de combate aos desmatamentos na Amazônia, sai a campo hoje em Tailândia à procura de mil toras de madeira estocadas ilegalmente.

Se a denúncia sobre a existência de toras cortadas sem autorização for confirmada, será a maior apreensão de madeira feita pelo Ibama nos últimos anos fora dos pátios das serrarias da região.

Integrada por oficiais e soldados da Força Nacional de Segurança, delegados e agentes da PF e fiscais do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, a ação será realizada numa fazenda a 31 quilômetros do centro de Tailândia, quase na divisa com o município de Goianésia.

A operação ocupou ontem mais duas madeireiras: a Taiplac — onde a Operação Guardiões da Amazônia apreendeu há duas semanas 5,2 mil metros cúbicos de madeira sem documentação — e a Madeflora. As duas serão multadas por manterem estoques de madeira ilegal, sem plano de manejo florestal sustentável nem nota fiscal.

Em Sinop, quatro madeireiras foram embargadas Em Sinop, sem todo o aparato e a presença ostensiva de agentes da PF e da Força Nacional de Segurança enviadas ao Pará, um pequeno grupo de 20 fiscais do Ibama tem atuado na repressão à extração ilegal de madeira no norte de Mato Grosso. Nas últimas semanas, os fiscais aplicaram multas num total de R\$ 1,6 milhão.

Desde janeiro, fiscais apreenderam 31 caminhões e retiveram 2,2 mil metros cúbicos de madeira — 1,4 mil em toras.

Quatro madeireiras foram embargadas e estão proibidas de funcionar. Uma delas, a Plaza, foi autuada e fechada ontem. Na madeireira, os fiscais encontraram diversas irregularidades e lacraram as máquinas que serram as toras e as transformam em ripas e outros produtos.

Policiais ainda se deslocam para iniciar a Operação Arco de Fogo em Mato Grosso. Em função da concentração das ações no Pará, a fiscalização deve começar nos municípios matogrossenses amanhã.

Juiz manda desarmar sem-terra e fazendeiros em Alagoas - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 29/02/2008

Após confronto em invasão, polícia fará devassa em fazendas, acampamentos e assentamentos

O juiz-substituto de Piranhas (AL), John Silas da Silva, expediu ontem mandados de busca e apreensão e autorizou a Polícia Civil a fazer uma devassa em fazendas e acampamentos e assentamentos de sem-terra à procura de armas na região. A decisão foi adotada depois do confronto de quarta-feira, que deixou oito sem-terra feridos.

Na manhã de anteontem, cerca de 80 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) tentaram ocupar a Fazenda Lagoa Comprida, em Piranhas. O grupo foi recebido a tiros por jagunços. O dono da fazenda, Jorge Fortes Gonçalves, foi preso e ainda estava na Delegacia Regional de Delmiro Gouveia.

“O confronto acirrou os ânimos entre fazendeiros e sem-terra”, disse o juiz Silas, ao justificar os mandados de busca e apreensão. “Não podemos permitir que pessoas armadas estejam a serviço de fazendeiros para intimidar, ameaçar e atirar contra trabalhadores sem-terra. As invasões de fazenda precisam ser tratadas no âmbito da Justiça e da Polícia Militar, que tem o Centro de Gerenciamento de Crise para resolver pacificamente esse tipo de conflito.”

Em depoimento ao delegado Rodrigo Rocha Cavalcante, o fazendeiro alegou ter sido agredido pelos sem-terra e negou ter contratado jagunços para resistir à invasão. A fazenda já fora ocupada no ano passado. Fortes entrou com ação de reintegração de posse e, no acordo feito, os sem-terra teriam de esperar a negociação da propriedade com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com a demora no processo, os sem-terra decidiram invadi-la de novo.

PROTESTO - De manhã, integrantes do MST bloquearam vários trechos de rodovias estaduais e federais, começando pela AL-101/Sul, na altura de Piranhas. Segundo o coordenador do movimento no Estado, José Roberto dos Santos, foi um protesto contra a ação de pistoleiros contratados por fazendeiros para impedir invasões. “Eles estão nos intimidando e até mesmo tentando matar nossos companheiros, durante as ocupações”, reclamou.

O MST, segundo José Roberto, quer conversar com as autoridades da área de segurança pública em Alagoas e planeja uma grande manifestação em Maceió. O protesto foi encerrado no fim da manhã, com a liberação das rodovias. Agora, os sem-terra aguardam a posição da superintendência do Incra sobre o confronto em Piranhas e ameaçam fazer novas manifestações, caso não seja agilizado o processo de reforma agrária. O ouvidor agrário estadual, Marcos Bezerra, disse que comunicou o protesto à superintendência e aguarda a definição de um encontro com líderes do MST.

Segundo José Roberto, também foram bloqueados trechos de acesso às cidades de Paripueira, Porto Calvo e Maragogi, no litoral norte, e estradas em Arapiraca, no agreste, e União dos Palmares e Joaquim Gomes, na zona da mata. Policiais do Centro de Gerenciamento de Crise da PM acompanharam as ações e em vários trechos foram feitos desvios improvisados, para escoar o trânsito.

Durante os bloqueios, não houve nenhum incidente grave. Em Paripueira, um PM chegou a disparar um tiro para o alto, para dispersar manifestantes que tentavam impedir a passagem de um carro. Ninguém ficou ferido.

Procuradores querem interditar duas usinas – Estado de São Paulo – Nacional – 29/02/2008

Procuradores do Trabalho de Alagoas fizeram ontem inspeção judicial na Usina Santa Clotilde, em Rio Largo, na Grande Maceió, que pertence à família Oiticica. Após a inspeção, os procuradores decidiram reforçar o pedido à Justiça Federal para interditar a usina, onde os trabalhadores seriam submetidos a situação análoga à escravidão. Os procuradores vão reforçar também o pedido de interdição da Usina Laginha, em União dos Palmares, que é do ex-deputado João Lyra.

Posseiros ocupam 7,6% da Amazônia Legal - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008

Um estudo divulgado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ONG com sede em Belém (PA), estima que as posses, imóveis sem documentação oficial e que nunca foram transferidas do poder público para o posseiro - portanto, legalmente terras públicas -, respondem por 7,6% da área da Amazônia Legal. São 400 mil quilômetros quadrados, o dobro das propriedades privadas reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que somam atualmente 200 mil km², ou 4% da Amazônia Legal. “A posse é privatizar gratuitamente a terra”, diz o principal autor do estudo, o pesquisador do Imazon Paulo Barreto. “Os posseiros não pagam nada, então a conta hoje é mais atrativa para a informalidade.”

Até 2003, o Ibama aprovava a exploração madeireira por meio de projetos de manejo florestal nas posses. Em outubro daquele ano, mais de 30% das posses tinham mais de 20 km². De acordo com Barreto, existem posseiros até mesmo dentro de áreas protegidas, especialmente em novas áreas criadas no Pará, como na Terra do Meio - uma tentativa de controlar a ocupação e a exploração ilegal nessas áreas.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirma que a situação dos posseiros é uma “teia jurídica”. Segundo ele, há desde populações tradicionais, como ribeirinhos, até

imigrantes que foram para a região levados por empresas de colonização, com o estímulo da União, sem que sua situação tenha sido regularizada até hoje.

Blitz em Alagoas liberta mais 550 trabalhadores de usinas – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008

Força-tarefa encontrou empregados alojados em locais insalubres e sem água potável - "Os trabalhadores dormiam no chão, grudados um no outro, igual a uma cela superlotada", afirmou Luiz Carlos Cruz, do grupo móvel

Em uma megablitz em usinas de cana-de-açúcar em Alagoas, uma força-tarefa do Ministério Público do Trabalho e do grupo móvel do Ministério do Trabalho encontrou mais de 550 trabalhadores em condições degradantes em Rio Largo, Marechal Deodoro e Cajueiro.

Na sexta-feira, já havia ocorrido uma operação na usina Laginha, do grupo João Lyra (candidato derrotado ao governo do Estado pelo PTB e um dos maiores usineiros do país), em União dos Palmares. No início, foram alcançadas 61 pessoas, mas, como oito delas não moravam nos alojamentos, o número final de resgatados foi 53, segundo o grupo móvel.

No local, os fiscais dizem ter encontrado trabalhadores sem equipamentos de proteção, vivendo em alojamentos insalubres e sem água potável. Ontem, o corte da cana-de-açúcar foi interditado pela Justiça.

Outra fiscalização também envolveu um dos grandes grupos do Estado: o Toledo. Nas usinas Capricho e Sumaúma, cerca de 200 pessoas foram encontradas em alojamentos precários, de acordo com os fiscais.

"Com certeza, a situação ali nos alojamentos era a pior de todas, insuportável. Os trabalhadores dormiam no chão, grudados um no outro, igual a uma cela superlotada", afirmou o subcoordenador do grupo móvel, Luiz Carlos Cruz.

De acordo com o auditor, a primeira operação no setor sucroalcooleiro no Nordeste mostra que "não há como vender álcool para o exterior com esse tipo de procedimento". "Há descumprimento dos direitos humanos", afirma.

O álcool vendido pelo grupo Toledo tem como principais destinos a América do Norte, o Japão e a Coreia.

Segundo o grupo móvel, uma outra operação, na usina Santa Clotilde, no município de Rio Largo, também verificou 353 trabalhadores em condição degradante. Em razão de uma liminar, os contratos ainda não foram rescindidos.

Os auditores-fiscais afirmam que os quartos onde dormiam os homens não tinham janelas -apenas frisos na parte superior da parede-, as camas de cimento possuíam apenas espuma e só era fornecido feijão como alimento. De acordo com os fiscais, os trabalhadores dizem que se sentiam "humilhados", como "escravos".

Nesta semana, várias usinas de álcool e açúcar estão sendo inspecionadas pela força-tarefa. A operação foi batizada pelo Ministério Público do Trabalho de "Zumbi dos Palmares".

Os resgates em Alagoas já correspondem a 10% do total de libertações feitas pelo grupo móvel em todo o ano passado (5.877). Em 2007, mais da metade das pessoas resgatadas em condições degradantes ou análogas à escravidão no Brasil (3.117) saíram de usinas de cana-de-açúcar.

Após conflito, MST bloqueia estradas em AL – Sílvia Freire e José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008

Sem-terra, que têm apoio de outros dois movimentos, protestam contra ataque em fazenda que deixou nove agricultores baleados - Proprietário da fazenda onde ocorreu o confronto está preso e foi transferido para Maceió por questão de segurança, afirma advogado

Um dia após nove integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de Alagoas terem sido baleados durante a invasão de uma fazenda na região de Piranhas (275 km de Maceió), militantes de três movimentos agrários bloquearam ontem trechos de rodovias no Estado.

Os principais acessos a Maceió foram fechados antes das 8h de ontem e liberados após duas ou três horas, segundo o Centro de Gerenciamento de Crise da Polícia Militar. Os sem-terra colocaram fogo em pneus e usaram galhos para bloquear as estradas. A coordenação estadual do MST disse que foram interditados nove pontos de cinco rodovias para chamar a atenção para o ocorrido. O movimento estimou em 5.000 os manifestantes. A Polícia Rodoviária Federal confirmou os bloqueios na BR-101, próximo a Joaquim Gomes, e na BR-104, próximo a União dos Palmares. Segundo a polícia, cerca de 130 pessoas estiveram nos dois protestos.

A Companhia de Policiamento Rodoviário, da PM de Alagoas, confirmou um bloqueio na AL-101, próximo a Paripueira, mas, como os postos não têm comunicação em tempo real, só hoje poderiam informar sobre outros bloqueios. Segundo o MST, foram fechados também trechos da AL-120, no sertão, e AL-220, no agreste. "A ação foi para dar visibilidade à violência sofrida pelos trabalhadores. Quando é algo que o MST faz, todo mundo fica sabendo, mas quando algum de nós sofre um atentado ninguém fala nada", disse José Carlos Silva, da coordenação estadual do MST em Alagoas. O agricultor Quitério Cândido, 34, que mora no acampamento Feliz Deserto, do MST, em Joaquim Gomes, saiu com outros companheiros ontem cedo para participar do bloqueio.

"Quando é um fazendeiro que faz alguma coisa, a Justiça não toma providências." Integrantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade e do Movimento de Libertação dos Sem Terra também protestaram em Joaquim Gomes, União dos Palmares e Delmiro Gouveia. "O que aconteceu no sertão foi um absurdo", disse Marco Antônio Silva, do MLST. "Foi um ato covarde", disse Rafael Simão Carlos, do MTL.

Confronto - Anteontem, nove agricultores foram baleados durante invasão da fazenda Lagoa Comprida, em Piranhas. Segundo relato de sem-terra à polícia, Jorge Gonçalves, apontado como dono da propriedade, mandou pistoleiros atirarem. Lenilson de Santana, advogado dele, nega. Gonçalves foi preso em flagrante por tentativa de homicídio e transferido de Delmiro Gouveia para Maceió. Segundo Santana, não havia segurança para seu cliente.

A Secretaria de Estado da Defesa Social, disse, por meio da assessoria, que já adotou todas as providências para esclarecer o episódio. A Justiça Estadual em Piranhas determinou que as polícias Civil e Militar realizem buscas em fazendas e assentamentos da região à procura de armamentos.

Conflito Agrário: dos nove feridos, só um sem-terra está internado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008

José Francisco dos Santos, baleado em conflito na fazenda Lagoa Comprida, em Piranhas (AL), continua internado em um hospital de Paulo Afonso (BA). Ele foi atingido por estilhaços de chumbo próximo ao olho esquerdo e não corre risco de morte. Para o ouvidor agrário, Marcos Bezerra, o confronto com jagunços foi "um embate desproporcional".

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

